

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: ESPAÇO DE TRADUÇÃO DA DIVERSIDADE PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

**Nelson Giordano Delgado
Jorge O. Romano¹**

Este ensaio, como o título sugere, procura argumentar que o Fórum Social Mundial (FSM) pode ser considerado como um espaço de tradução da diversidade de lutas e de movimentos sociais contra a globalização neoliberal, no sentido de que cria a oportunidade para que o esforço político de compreensão das diferentes lutas seja exercido coletivamente e para que o diálogo entre distintos atores com visões, características e propósitos diversos possa ser construído sem que seja necessária a imposição de uma mesma “língua”. Ademais, esse esforço de tradução da diversidade para uma melhor compreensão e entendimento das especificidades, das divergências e das possibilidades de convergências não é exclusivamente um exercício intelectual, mas tem como objetivo explícito a mobilização e a ação social.

O ensaio está dividido em cinco partes. Na primeira, buscamos caracterizar o FSM como um processo e um fato social e contextualizá-lo no campo dos “novos” movimentos sociais. Na segunda, descrevemos as características do FSM de Porto Alegre como um evento implementado desde 2001, seus princípios, sua organização administrativa e a trajetória das atividades realizadas. A terceira parte representa uma tentativa preliminar de adentrar no “interior” do Fórum de Porto Alegre, procurando sistematizar a evolução da estrutura e do conteúdo dos eixos temáticos e de uma das atividades consensuais e programadas principais, as “conferências” e “painéis”, ao longo dos três Fóruns já efetuados. A quarta parte aprofunda um pouco mais este trabalho de sistematização, a partir do exame comparativo das conferências/painéis sobre OMC e comércio mundial, dívida externa, e economia solidária nos FSMs de 2002 e 2003, com o objetivo de mostrar a complexidade e a multiplicidade dos assuntos tratados e das proposições resultantes. Por fim, o ensaio encerra com algumas breves considerações sobre a temática estudada, destacando alguns pontos específicos de nossa interpretação.

1. O Fórum Social Mundial como evento e como processo no campo dos “novos” movimentos sociais

¹ Professores e pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Agradecemos a Cândido Grzybowski, do IBASE, a possibilidade privilegiada de nos aproximarmos e cooperarmos com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre desde 2002 e o tanto que aprendemos nessa colaboração. Somos gratos, também, a Silvana Gonçalves De Paula e a Gary Dimski, nossos editores, pelo estímulo à elaboração deste ensaio e pela paciência em relação à sua finalização. Abril de 2003.

A cidade de Porto Alegre voltou a ser, em janeiro de 2003, pelo terceiro ano consecutivo, sede do encontro do Fórum Social Mundial. Os dados vinculados pela mídia falam da presença de cerca de 100.000 pessoas –das quais mais de 20.000 delegados de redes, ongs, organizações e de diversos movimentos sociais de todos os continentes– que participaram em aproximadamente 1.600 atividades realizadas durante os cinco dias de extensão do megaevento. A cada ano aumenta significativamente o número de participantes –como delegados ou aderentes- e de atividades (painéis, conferências, testemunhos, seminários, workshops, atividades culturais, celebrações, etc.) no FSM. E, ao lado do incremento significativo da adesão de organizações, movimentos e participantes ao seu lema de que “outro mundo é possível”, vem crescendo também o seu reconhecimento pela mídia internacional, pela opinião pública, pelos dirigentes dos governos nacionais e pelas autoridades das organizações multilaterais.

Neste contexto de valorização e reconhecimento do FSM vale indagar sobre seu significado social e político como evento e como processo no campo dos movimentos sociais. Cabe perguntar, seguindo Denning, quais são as conexões de um evento insurrecional (uma revolta, uma greve, uma ocupação, uma passeata pacifista, uma mobilização como a de Seattle, ou o próprio FSM) com o movimento social. Ou, dito de outra forma, como se pode passar do evento –a insurreição– ao movimento, já que as insurreições são sempre um enigma, residindo em algum lugar nebuloso entre as resistências escondidas e as revoluções que mudam a ordem e os regimes estabelecidos. As insurreições são “interrupções inesperadas, a chegada do novo, o que acaba tornando-as um texto social aberto para interpretações paralelas: insurreições são sonhos sociais, uma manifestação exagerada de algum conteúdo subterrâneo, quer seja um movimento ou um momento” (Denning, 2002: 63)².

Existem diferentes possibilidades de interpretação dessas mobilizações em sentido amplo. Temos, por exemplo, as que enfatizam as questões de acesso a recursos, e que são dominantes nos estudos sociológicos (Mac Adam, 1997); ou as que consideram as mobilizações como narrativas contadas não pelos insurgentes mas pelos defensores da ordem (Guha, 1999); ou as que -rejeitando a redução das mesmas à sua organização- as vêem como verdadeiros momentos insurrecionais, expressão de determinadas conjunturas de crise (Piven and Cloward, 1977).

Consideramos, no entanto, que, para entender o significado social e político do FSM como evento e como processo, a melhor alternativa é aquela levantada por autores como Thompson (1987) e o próprio Denning (2002), os quais, recuperando uma perspectiva histórica, consideram que as mobilizações são sinais de longos e discretos movimentos e culturas de resistência, que vêm de longa data e são, com frequência, quase imperceptíveis. Haveria uma tradição libertária, muitas vezes subterrânea, de radicalismo popular que sobrevive ao aparente status quo e à própria repressão violenta.

Até onde, então, eventos e processos como o FSM -juntamente com uma série de manifestações, não necessariamente coordenadas, de contestação às contradições da

² Tendo em vista o debate brasileiro sobre movimentos sociais, preferimos utilizar o termo mobilização em lugar de insurreição, mantendo, porém, o mesmo significado atribuído por Denning.

globalização hegemônica (que tem na “batalha de Seattle” um dos momentos de maior visibilidade)- não são herdeiros dessa tradição de radicalismo libertário popular que na segunda metade do século XX teve sua expressão maior em “1968” com os “novos” movimentos sociais? Até onde recuperam o legado de 1968, e até onde, “novamente”, expressam algo “novo”?

Nos debates das ciências sociais, 1968 é considerado como um momento notável de revolta social e política, um verdadeiro marco no surgimento dos “novos” movimentos sociais. A autonomia e a distinção são aspectos fundamentais desses novos movimentos, o que dificulta a tentativa de encontrar um denominador comum entre os mesmos. Nesta busca, alguns autores consideram que poderiam ser lidos como versões do “populismo”, dada a retórica constantemente invocada do “nós, o povo”. Outros, como Castells (1999), ressaltam que os novos movimentos são construídos ao redor de trincheiras de identidades específicas. Finalmente, e sem pretender ser exaustivo, autores como Denning consideram que o elemento comum e distintivo de todos os “novos” movimentos sociais é a sua ênfase na “liberação”.

Liberação teria sido a palavra-chave para o movimento das mulheres, dos gays, e dos negros. Os movimentos de liberação teriam correspondido a um momento histórico particular, no qual o mundo era pensado como dividido em três mundos (o primeiro capitalista, o segundo comunista e o terceiro descolonizado). Ainda que houvesse paralelismos marcantes e, em alguns casos, conexões, entre os movimentos de liberação dos “três mundos”, a divisão real do sistema mundial teria impedido o fortalecimento das ligações entre os mesmos. Essa divisão, entretanto, corresponderia a um momento que parece ter se diluído com a queda do muro em 1989. Segundo Denning, a única definição não polêmica da globalização é que estamos todos num único mundo (Denning, 2002: 69). Ainda que, gostaríamos de ressaltar, em posições e situações bem diferentes.

Todos os intelectuais dos movimentos sociais de 1968 trouxeram o Estado de volta para o pensamento social. No entanto, recorrendo com frequência a questões levantadas pela tradição anarquista, esses autores questionaram duas hipóteses fundamentais dos movimentos sociais chamados de “velha esquerda”. Primeiro, a idéia de que o objeto de luta do movimento social era a tomada do Estado, seja por meios parlamentares ou insurrecionais. Segundo, que o partido –de massa ou de vanguarda– era o instrumento principal de luta (Denning, 2002: 70).

Como Wallerstein destaca, a peça central da estratégia da “velha esquerda” era o conceito de duas etapas: primeiro chega-se ao poder estatal para depois transformar o mundo. A estratégia fracassou. Quando se conseguiu alcançar a primeira etapa, os novos regimes mostraram-se impotentes para levar a cabo a segunda. Ao mesmo tempo, essa estratégia da “velha esquerda” continha posturas que contribuíram para esse fracasso e que ainda hoje dificultam a construção de uma nova estratégia.

Uma primeira postura considerava que a homogeneidade era melhor que a heterogeneidade. Conseqüentemente, a diversidade era uma ameaça e deveria ser eliminada e a centralização era superior à descentralização. O suposto que embasava essa postura era que igualdade significava identidade. Uma segunda visão resgatava o papel do Estado

como um mecanismo de defesa dos interesses coletivos, dentro do sistema-mundo. Nesse sentido, o estatismo foi reforçado, na crença falaciosa de que qualquer Estado, dentro do sistema-mundo moderno, poderia servir a interesses coletivos ao invés dos interesses de grupos privilegiados. Finalmente, rejeitando a prioridade que o liberalismo dava à “liberdade” (definida em termos políticos) sobre a “igualdade” (definida em termos econômicos e vista como um perigo para essa liberdade), a esquerda passou a enfatizar o seu oposto. Isto é, a igualdade (econômica) deveria ter prioridade sobre a liberdade (política). Essa inversão equivocada levou à armadilha trágica de separar liberdade de igualdade. Seguindo a observação de Wallerstein, não há como separá-las: ninguém pode ser livre para escolher quando suas escolhas estão limitadas por uma posição de desigualdade, nem ninguém pode ser igual se não dispõe do mesmo grau de liberdade. O fracasso da estratégia da “velha esquerda” está ligado, em última instância, para Wallerstein, à impossibilidade de construir um caminho alternativo no âmbito de um sistema-mundo capitalista que ainda era basicamente estável (Wallerstein, 2002: 27-30).

De acordo com Wallerstein, 1968 marcou uma nova revolução mundial. Em todo o mundo, os movimentos sociais tinham os regimes de Estado como seu foco privilegiado: seja os social-democratas com seus aparelhos e partidos sindicais no primeiro mundo, os governos comunistas com suas *nomenklaturas* no segundo, ou os estados pós-coloniais com suas elites nacionalistas no terceiro mundo. A luta foi pela democratização desses estados e questionou, ao mesmo tempo, os movimentos históricos anti-sistêmicos representados pela “velha esquerda”. Contestando a teoria do progresso inevitável sustentada por esses movimentos, as populações começaram a se distanciar deles, deslegitimando também as estruturas estatais que -nessa concepção- seriam mecanismos fundamentais para a mudança progressista.

O anti-estatismo dos setores populares, ressaltado e promovido pelos apologistas neoliberais do sistema capitalista, acabou voltando-se, em última instância, contra os interesses desses apologistas, já que todas as estruturas estatais –e não apenas as de regimes específicos– foram deslegitimadas. O anti-estatismo, portanto, ao invés de reforçar a estabilidade política do sistema-mundo, contribuiu para enfraquecê-la, tornando mais aguda a crise sistêmica. Assim, no início do novo milênio, depois de 500 anos de existência, o sistema capitalista mundial estaria, segundo essa concepção, em uma verdadeira crise sistêmica, que nos coloca em uma era de transição. Haveria uma perspectiva real de mudança, ainda que o resultado seja fundamentalmente incerto, podendo ou não ser progressista. A estratégia das forças de esquerda, enquanto movimentos anti-sistêmicos, desenvolvida a partir do século XIX (e descrita nos parágrafos anteriores) está destrocada, o que as faz atuarem com um alto grau de incerteza num contexto comedido de depressão generalizada (Wallerstein, 2002: 18-19).

Apesar disso, a batalha mundial pela construção de um novo sistema histórico já começou (Wallerstein, 2002: 30). E no campo das forças de esquerda começa a se distinguir o surgimento de um novo tipo de ação anti-sistêmica, ainda que difuso, sem nome consensual e sem cronologia claramente reconhecida³. Essa ação seria expressão de

³ Naomi Klein, por exemplo, sugere que até poucos anos atrás o novo eixo da contestação política centrava-se sobre questões de discriminação e de identidade -isto é, temas como raça, gênero, sexualidade- numa guerra

um movimento anti-globalização, herdeiro da tradição libertária, que encontraria sua manifestação principal, segundo Denning (2002: 72-76), num conjunto de mobilizações ocorridas em diferentes momentos pós-1968.

Uma primeira onda corresponderia às “revoltas contra o FMI”, que começaram no final da década de 1970, com mobilizações urbanas por comida no Perú, Polônia, Egito, Jamaica, e se prolongaram no início dos anos 1980 em protestos, realizados em aproximadamente 40 países, contra os pacotes de austeridade fiscal propostos pelo FMI. Apesar do pouco sucesso alcançado na reversão do ajuste estrutural proposto, esses protestos desempenharam um papel importante nos principais movimentos sociais da época, como aqueles que levaram à revolução no Irã e ao surgimento do Solidariedade na Polônia.

Um segundo momento de atuação desse incipiente movimento anti-globalização poderia ser identificado com o final dos anos 1980 e o início da década de 1990. Os novos regimes instalados após o colapso do leste europeu comunista, a queda do regime de *apartheid* na África do Sul e a transição para a democracia na América Latina não conseguiram promover novos contratos sociais duradouros, enfraquecendo assim as democracias políticas recém-instaladas. Ao mesmo tempo, continuaram em outros países as revoltas contra as novas ondas de ajuste estrutural impostas pelos organismos financeiros internacionais, como na Venezuela em 1989, no Marrocos em 1990 e na Índia em 1991 e 1992.

Um terceiro momento estaria representado pela revolta dos Zapatistas em Chiapas em 1994: uma revolta rural em defesa das suas terras comunais, que, ao pedir o apoio de uma nova sociedade civil e definir o neoliberalismo como o seu inimigo último, reformulou o discurso da esquerda. E um quarto momento estaria presente desde o final da década de 1990 até nossos dias, com as revoltas contra o FMI e os protestos contra a OMC nos países do G7 –com a “batalha de Seattle”, os protestos de Quebec e de Gênova- mas também com as mobilizações ocorridas no ano 2000 contra as reestruturações dos programas de ajuste estrutural em países do Sul como Argentina, Uruguai, Nigéria, Índia, Coréia do Sul, África do Sul e Venezuela (Denning, 2002: 76). De nossa perspectiva, também poderiam ser considerados nesse quarto momento os três Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre, que vêm acontecendo desde 2001 -assim como os Fóruns temáticos, regionais e nacionais associados- já que representam um dos melhores exemplos de uma nova política de redes reais e virtuais na luta anti-globalização rígida pelo mercado.

A diversidade de mobilizações e eventos que compoariam o movimento anti-globalização sugerem que –não obstante uma luta comum poder ser compartilhada- as análises, as estratégias e até o nome do inimigo variam. Sobretudo a partir do terceiro momento, estariam presentes quatro tendências que se sobrepõem: uma primeira, num contexto de debate entre “consertar ou negar” (*fix it or nix it*), procuraria impor normas alternativas para a economia mundial através da luta nas organizações multilaterais. Uma

do politicamente correto. Mais recentemente, no entanto, os horizontes estão se ampliando, com a inclusão na agenda da contestação de questões como o poder das corporações e os direitos dos trabalhadores, o que permite uma análise crítica do trabalho na economia global (Klein, 1999: XIX).

segunda estaria representada pelo surgimento de um sindicalismo global, relacionado com o acentuado incremento da proletarização no mundo e com os efeitos do novo sindicalismo surgido nos anos 1980 em países como Brasil, África do Sul e Coréia do Sul. A terceira implicaria uma teorização sobre a recolonização, abrindo espaço para novas conexões entre os países do Sul (o caso de Chavez na Venezuela seria um exemplo dessa nova retórica). E a quarta tendência estaria referida a uma nova maneira de imaginar os bens públicos, com a luta contra a mercantilização e a privatização de aspectos da vida social, como por exemplo, contra a mercantilização do material genético e da informação (Denning, 2002: 76-77)

Como se vê, os componentes sociais que potencialmente constituem as forças de esquerda são muito diversos, enfrentam problemas imediatos específicos e são originários de sistemas culturais bastante diferentes para que possa funcionar uma estratégia de “centralismo democrático”. Essa limitação tem sido reconhecida nos últimos anos, de diversas maneiras, com o surgimento de outros slogans, como, por exemplo, o da “coalizão do arco íris”, nascida nos Estados Unidos e difundida em diversos países, através da qual se afirma que, para muitas pessoas, suas políticas estão enraizadas em suas identidades e posições sociais. Ou o da “esquerda plural” que, cunhado na França e também amplamente difundido, remete menos ao referencial das identidades e mais ao da multiplicidade de prioridades e de tradições políticas (Wallerstein, 2002: 32).

Estes slogans apontam para um novo estilo de coalizões de esquerda que está conseguindo a adesão de e o diálogo com um número crescente de pessoas. O novo desafio que enfrentam essas coalizões é o fortalecimento do debate contínuo e da análise coletiva, do contato de uns com os outros –visando o reconhecimento e a consolidação dos diferentes movimentos que as compõem– partindo da constatação fundadora de que existem alternativas ao primado do pensamento único. Assim, com o questionamento do fim da história e do domínio imperial no sistema-mundo capitalista -que tem na globalização centrada no mercado uma de suas principais manifestações- vem sendo difundido um novo slogan desde o Sul: “um outro mundo é possível”, promovido e posto em prática pelo processo do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Com “um outro mundo é possível” o FSM surge como uma possibilidade de repensar a própria política e a institucionalidade democrática. O FSM seria hoje um laboratório vivo da cidadania mundial, no qual se pratica e se difunde “um *olhar social* sobre tudo”. O social comporta uma visão de mundo que se opõe à visão de mundo dos negócios que rege a globalização neoliberal com o seu Fórum Econômico de Davos (Grzybowski, 2003 : 4-6)

Cabe recuperar para o processo do FSM o que Wallerstein aponta como tarefas das novas coalizões. Isto é, procurar criar e reforçar uma cultura particular de ação política coletiva em oposição à hierárquica tradicional, que dominou tanto a prática das elites capitalistas como as da “velha esquerda”. E, ao mesmo tempo, levar a cabo um trabalho sistemático de desmascaramento da **retórica** liberal do neoliberalismo, fundada numa **prática** que limita, em muitos aspectos elementares, a liberdade de escolha da maioria das pessoas (Wallerstein, 2002: 32).

Finalmente, através do FSM, do encontro de coalizões e redes que acontece em seu processo, estaria sendo possível avançar na discussão das desigualdades múltiplas. O

sistema-mundo capitalista provocou, em sua fase neoliberal, a maior polarização de riquezas e privilégios que o mundo já conheceu. A esquerda mundial está apreendendo agora a abordar com seriedade o maior de todos os problemas para quase todos: a realidade diária das múltiplas desigualdades (como as de região, nação, classe, raça, etnia, gênero, geração) (Wallerstein, 2002: 33-35). Nesse sentido, tomando emprestado um termo usado por Santos (2000: 27) e alterando-o um tanto, poderíamos dizer que o FSM pode representar um **espaço de tradução** necessário para que o esforço político de compreensão das diferentes lutas seja exercido coletivamente e para que os atores coletivos “conversem” “sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam”⁴.

2. O Fórum como fato social⁵

O Fórum Social Mundial considera-se um espaço internacional aberto, de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências, a organização e a articulação para a realização de ações eficazes, por parte de organizações e de movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e estão empenhados na construção de uma sociedade planetária centrada no primado do ser humano. O FSM propõe-se a debater alternativas para construir uma globalização solidária centrada na defesa e na implementação dos direitos humanos, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos⁶.

O FSM organiza anualmente um grande encontro mundial. As três primeiras edições do Fórum Social Mundial (2001, 2002 e 2003) foram realizadas no Brasil, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, nas mesmas datas em que se realizou o Fórum Econômico Mundial de Davos. O próximo encontro está previsto para 2004 na Índia. O FSM também promove Fóruns Sociais Regionais, Nacionais e Temáticos. Os Comitês Organizadores desses diversos fóruns têm atribuições organizativas e de facilitação, estando articulados com o Comitê Internacional. Todos os fóruns devem seguir sempre a **Carta de Princípios** do FSM que, como “peça-chave na engenharia política do FSM” (Grzybowski, 2003, p. 6), reproduzimos a seguir.

⁴ A observação original de Santos é a seguinte: “Na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Mais do que de uma teoria comum, do que necessitamos é de uma **teoria de tradução** que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam” (grifo no original).

⁵ Este item foi elaborado com as informações existentes no site do FSM: www.forumsocialmundial.org.br. Cabe destacar que existe um site de nome quase idêntico –www.forumsocialmundial.org– no qual são criticadas sistematicamente todas as atividades do FSM. É um verdadeiro “anti-site”, cuja existência reflete tanto a batalha ideológica que está sendo atualmente travada no mundo virtual, como a importância que os inimigos do “outro mundo é possível” dão ao FSM como espaço construtor desse “outro mundo”.

⁶ Ver, a respeito, a Carta de Princípios do FSM transcrita abaixo.

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham

assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001

Fonte: www.forumsocialmundial.org.br

No FSM podem se inscrever, participar como delegados e propor atividades nos encontros mundiais anuais todas as organizações, movimentos e entidades da sociedade civil que se declarem de acordo com sua Carta de Princípios. Os demais ativistas ou interessados que não pertençam a alguma organização podem participar como ouvintes em atividades abertas.

Sendo o FSM um espaço de encontro de organizações, redes e movimentos da sociedade civil, não é permitida a participação de entidades ou indivíduos ligados a governos ou partidos políticos como delegados. No entanto, os governos que hospedam os eventos do FSM podem ser parceiros na organização dos mesmos. Podem ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos da Carta de Princípios. Como o FSM propõe a construção de um outro mundo sem o uso da violência, não permite a participação de organizações armadas e militares.

Segundo as resoluções impressas na Carta, não cabe ao FSM, como tal, promover campanhas ou ações e nem produzir declarações ou documentos finais em seus eventos. Ninguém está autorizado a exprimir, em nome do Fórum, posições que pretendam representar todos os seus participantes. Entretanto, o FSM admite que seus participantes articulem-se entre si e proponham ações concretas ou produzam documentos que expressem suas posições particulares.

Ao se propor fortalecer uma coalizão internacional dos mais diversos movimentos e organizações sociais -dentro do princípio de respeito às diferenças e à autonomia de idéias e de formas de luta- o FSM, enquanto espaço de convergência da luta contra a globalização neoliberal, passou a buscar a mundialização de sua abrangência. Para atingir esse objetivo, além do encontro anual do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil), foram organizados **Fóruns Sociais Regionais e Temáticos**. Assim, a partir de 2002 organizaram-se sucessivamente o Fórum Temático sobre a Crise do Neoliberalismo na Argentina, o Fórum Regional Europeu, o Fórum Temático sobre a Palestina, o Fórum Regional Asiático, o Fórum Regional Africano e o Fórum Pan-amazônico. Além disso multiplicaram-se os Fóruns nacionais e locais além de qualquer expectativa prévia. Essa multiplicação expressa, portanto, o objetivo de mundializar o processo FSM, incorporando uma grande variedade de situações e temáticas e mobilizando, sob diferentes modelos e formatos, setores das sociedades civis dos mais distintos países⁷.

2. 1. A estrutura organizativa do FSM

A estrutura organizativa do Fórum está composta, basicamente, por uma **Secretaria Executiva** e pelo **Conselho Internacional**, sua instância de decisão política.

⁷ Ver Auto-avaliação do FSM no site do Fórum. Essa avaliação ressalta que a preservação da unidade de método, garantiu que a multiplicação de Fóruns Sociais Regionais e Temáticas não levasse à fragmentação do processo do FSM.

A Secretaria do FSM (o antigo **Comitê Organizador**) é responsável pela coordenação do processo de construção e internacionalização do Fórum. Ela é formada pelas oito entidades brasileiras que iniciaram a organização do primeiro FSM:

- Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais,
- Attac – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos,
- CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil),
- Cives – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania,
- CUT – Central Única dos Trabalhadores,
- Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas,
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

A operacionalização das atividades do FSM é encaminhada pela Secretaria Executiva, que está localizada na sede da Abong em São Paulo, Brasil. As questões políticas gerais e a discussão sobre os rumos do FSM e as metodologias dos eventos anuais são debatidas e encaminhadas no Conselho Internacional do FSM.

A criação do Conselho Internacional em 2001 pode ser vista como uma expressão da própria concepção do FSM como um processo permanente, de longo prazo, que visa construir um movimento internacional aglutinador de alternativas ao neoliberalismo e a favor de uma nova ordem social, e que proporciona o encontro da multiplicidade e da diversidade de propostas existentes.

O Conselho Internacional é composto atualmente por 112 redes temáticas ou organizações que acumularam, em trajetórias múltiplas, conhecimento e experiência consideráveis para encaminhar legitimamente a reflexão e o debate sobre alternativas à globalização hegemônica. O CI passou a ser uma instância política e operacional que contribui tanto na definição dos rumos estratégicos do FSM, quanto na mobilização e em outras atividades de caráter organizativo. A ação do Conselho Internacional favoreceu uma maior interlocução, nacional e internacional, entre as organizações e apoiou a estruturação de Comitês de Mobilização Nacionais e Fóruns Regionais e do próprio Fórum Social Mundial.

Entre as responsabilidades específicas de natureza política e operacional do CI, estão: formular as estratégias do FSM; manter a articulação permanente com movimentos, campanhas, iniciativas, lutas e eventos internacionais; divulgar o FSM em seus países e regiões, promovendo a ampla participação e o debate sobre as questões e propostas identificadas pelo FSM; promover e apoiar a realização de FSMs, identificando

possibilidades de locais e mobilizando a participação; assegurar a articulação política, temática e operacional entre os FSMs; promover e apoiar a criação de Comitês em seus países; estruturar, junto com os comitês organizadores dos FSMs, o temário, a metodologia, o formato, a identificação e o convite a palestrantes e expositores; e captar recursos financeiros para a viabilização dos eventos.

A composição do CI obedece aos seguintes critérios: adesão à Carta de Princípios; equilíbrio geográfico/regional e que contemple a diversidade; participação dos setores: sindical, movimentos sociais, ONGs e outros; participação de cabeças de redes mundiais e regionais; e compromisso com a continuidade do FSM e com as responsabilidades indicadas acima. Embora não tenha sido estabelecido um número predeterminado de membros, há duas formas de participar do CI (ambas com direito à voz): como membros permanentes, ou como convidados ocasionais e observadores (que não são membros, mas sua participação pode ser considerada importante em função de um momento específico da conjuntura internacional ou da dinâmica de organização do FSM).

No entanto, o CI apresenta, desde sua constituição, importantes desequilíbrios regionais -baixa participação da África, Ásia e mundo árabe- e setoriais -jovens, negros, entre outros. O CI considera que o enfrentamento desses desequilíbrios e lacunas deve ser visto como uma meta a ser alcançada através de processos de consulta nas regiões. As sugestões de inclusão de novos membros, resultantes dessas consultas, devem ser submetidas à avaliação do CI, que por sua vez formaliza o convite. Existem recomendações ao CI para que busque captar fundos que viabilizem a presença de redes cuja carência de recursos seja um empecilho à sua participação.

2.2. A trajetória dos eventos de Porto Alegre

A cidade de Porto Alegre foi a sede dos três encontros do Fórum Social Mundial realizados, cada ano, a partir do verão de 2001. A trajetória desses eventos indica um incremento significativo de sua importância e reconhecimento, que se expressa, por exemplo, no número de organizações aderentes e participantes, de representantes da mídia que cobriram o evento, e de atividades promovidas.

O FSM 2001 contou com a participação de aproximadamente 20.000 pessoas. Estiveram presentes cerca de 4.702 delegados de diversas organizações oriundas de 117 países; 2.000 participantes do Acampamento da Juventude, e 700 participantes do Acampamento das Nações Indígenas. Foram convidadas 165 personalidades, sendo 77 brasileiras e 88 estrangeiras. A imprensa esteve presente com 1.870 credenciados, sendo 1.484 nacionais e 386 internacionais. A organização e o apoio administrativo contaram com 1.074 integrantes, que atuaram na logística, comunicação, tradução e segurança do evento. Cento e quatro conferencistas fizeram suas exposições dentro de quatro eixos temáticos. Foram programadas mais de 420 oficinas que tiveram um caráter de espaço de encontro e de debate. As organizações e instituições que apoiaram o FSM 2001 foram Droits et

Démocratie, Fundação Ford, Fundação H. Boll, ICCO, Le Monde Diplomatique, Oxfam, RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor, além do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Porto Alegre.

No FSM 2002 estiveram presentes cerca de 12.274 delegados, representando 123 países e 4.909 organizações de 87 países. A imprensa compareceu com 3.356 jornalistas, sendo 1.866 brasileiros e 1.490 estrangeiros, de 1.066 veículos. O número de participantes superou todas as previsões, com uma estimativa total de mais de 50.000 pessoas. Foram realizadas 27 conferências, 96 seminários e 622 oficinas, com 4 eixos temáticos. O FSM de Porto Alegre 2002 foi precedido pelo Fórum Social de Gênova e pelo Fórum Social Africano que aconteceu em Bamako, Mali. Durante o FSM foram realizados, paralelamente, o Fórum de Autoridades Locais, o Fórum Parlamentar Mundial, o Fórum Mundial de Juízes, o Encontro Preparatório Rio+10, o Acampamento Intercontinental da Juventude e o Forunzinho Social Mundial. As organizações e instituições que apoiaram o FSM 2002 foram: RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor, EED, CCFD, Novib, Oxfam GB, Centro Norte Sul, ActionAid, ICCO, Fundação Ford, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura de Porto Alegre, Procergs e o Fórum Mundial das Alternativas.

O Fórum FSM 2003 reuniu cerca de 100 mil participantes entre delegados, observadores, profissionais de imprensa e ativistas de todo o mundo. A organização registrou um total de 20.763 delegados, representando 5.717 organizações de 156 países. O Acampamento da Juventude abrigou cerca de 25 mil pessoas, das quais mais de 19 mil foram credenciadas como representantes de cerca de 700 coletivos. Credenciaram-se para a cobertura do evento 4.094 jornalistas de 1.423 veículos, de 51 países do mundo. Deste total 3.262 vieram representando veículos de imprensa, rádio ou tevê e 832 como jornalistas freelancers. Foram realizadas 1.286 oficinas e o apoio administrativo ao Fórum contou com o trabalho de cerca de 650 voluntários. A organização do Fórum Social 2003 teve um custo direto total de US\$ 3,485 milhões, fora os custos indiretos com pessoal e hospedagem de conferencistas, assumidos pela Prefeitura de Porto Alegre. O volume de dinheiro gerado pelo Fórum foi, no entanto, muito maior. Os organizadores calculam que os 100 mil participantes movimentaram, no mínimo, US\$ 20 milhões, entre despesas de transporte, hospedagem e alimentação. O número de organizações e instituições que apoiaram o FSM cresceu com respeito aos dois anos anteriores.

3. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre “por dentro”: os eixos temáticos fundamentais e as atividades consensuais e planejadas

Para cada um dos três Fóruns realizados até agora, o Conselho Internacional definiu os chamados eixos temáticos, entendidos como grandes temáticas fundamentais que desafiam a sociedade civil internacional, seus movimentos e organizações, e que são concebidos como catalisadores de “preocupações, propostas e estratégias que já são desenvolvidas pelas organizações participantes do processo Fórum Social Mundial”⁸.

⁸ Conforme o item de Metodologia do FSM 2003, que consta do site do Fórum.

Enquanto espaço de reflexão estratégica coletiva, o FSM organiza-se, portanto, em torno desses eixos temáticos.

Ademais, em cada eixo temático existem atividades consensuais e planejadas –no sentido que são estabelecidas no âmbito do Conselho Internacional e congregam os grandes atores sociais organizados que aderem ao FSM- as quais reúnem organizações, redes, coalizões e movimentos da sociedade civil internacional em torno de subtemas específicos sobre os quais o debate é estabelecido, buscando tanto construir consensos, como explicitar a possibilidade de divergências nas visões, diagnósticos, propostas e estratégias apresentadas pelos diferentes sujeitos sociais portadores do Fórum. As principais atividades consensuais foram chamadas de conferências no primeiro e segundo FSM e de painéis no terceiro⁹.

De modo breve, as conferências do FSM de 2001 e 2002 e os painéis do FSM de 2003 têm as seguintes características gerais:

- ◆ São atividades consensuais e planejadas previamente, no sentido que resultam de um acordo estabelecido no âmbito do Conselho Internacional, envolvendo diferentes redes, organizações e movimentos da sociedade civil internacional que aderem e dão legitimidade ao FSM. Nesse sentido, contrapõem-se às chamadas atividades livres, propostas diretamente por delegados e delegadas, sem interferência do CI.
- ◆ Representam a “face pública do FSM”, o espaço através do qual as visões, os diagnósticos, as propostas e as estratégias das diversas redes, campanhas, coalizões, organizações e movimentos da sociedade civil internacional sobre diferentes temas e questões previamente acordadas são expressas publicamente. Seus participantes estão aí para manifestarem, como atores sociais, as posições das instituições que representam –constituintes e promotoras do FSM- em relação aos subtemas escolhidos previamente, na perspectiva de que seja possível obter consensos em relação a propostas de ação e a estratégias para implementá-las.
- ◆ Sua preparação é coordenada por representantes internacionais e nacionais (brasileiros/as), indicados pelo Conselho Internacional e pela Secretaria do FSM.¹⁰

⁹ Nas palavras do site do FSM (Metodologia do FSM 2002), as conferências “têm o objetivo de mostrar propostas, plataformas e alternativas que estão sendo discutidas por redes, movimentos e organizações da sociedade civil que lutam contra a globalização neoliberal. Cada conferência é um espaço de debates, de construção de consensos e de diversidade de propostas. É uma oportunidade de análise e de reflexão em torno dos eixos temáticos”. No III FSM foi utilizado o termo mais apropriado de painéis para denominar estas atividades (o termo conferência foi utilizado para outro tipo de atividade, também consensual). Segundo o site (Metodologia do Fórum 2003), os painéis, “estruturados por eixos temáticos, são, por excelência, o mapa de ações e a face pública do FSM como Fórum da sociedade civil mundial. Trata-se de uma explicitação das grandes questões, propostas e estratégias com sua diversidade de inserções e visões, em sua ação pela mudança da globalização neoliberal e pela emergência de “outros mundos possíveis””.

¹⁰ No FSM 2002, foi previsto que as conferências deveriam ser compostas por participantes (redes, coalizões, campanhas ou combinação entre elas) “puxadores”, cuja função seria elaborar, com anterioridade, as propostas a serem apresentadas; por participantes debatedores, que discutiriam e avaliariam as possibilidades e limites das propostas; e por um animador ou animadora que trataria de dar organicidade aos trabalhos, “facilitando a articulação de todas as contribuições e levando a conferência a uma direção essencialmente

3.1. No Fórum Social Mundial de 2001

Como se pode observar no Quadro 1, no Fórum Social Mundial de 2001 foram definidos quatro eixos temáticos, que permaneceram inalterados no Fórum de 2002. Diziam respeito a quatro temáticas centrais: (I) a **produção de riquezas** e sua relação com as condições que garantam a **reprodução social**; (II) o **acesso às riquezas** e sua relação com as condições que viabilizam a **sustentabilidade** da vida humana e do meio ambiente planetário; (III) a afirmação da **sociedade civil** e o reconhecimento de sua indispensável associação com o fortalecimento dos **espaços públicos**; e (IV) a construção, na reflexão e na ação, da junção entre **poder político e ética** como fundamento para a concepção de uma

Quadro 1
Eixos Temáticos e Conferências do I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2001

	Eixo I: A produção de riquezas e a reprodução social	Eixo II: O acesso às riquezas e a sustentabilidade	Eixo III: A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos	Eixo IV: Poder político e ética na nova sociedade
Conferência 1	Como construir um sistema de produção de bens e serviços para todos?	Como traduzir o desenvolvimento científico em desenvolvimento humano?	Como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis e a construção do espaço público?	Quais são os fundamentos da democracia e de um novo poder?
Conferência 2	Que comércio internacional queremos?	Como garantir o caráter público dos bens comuns à humanidade, sua desmercantilização e o controle social sobre o meio ambiente?	Como assegurar o direito à informação e a democratização dos meios de comunicação?	Como democratizar o poder mundial?
Conferência 3	Que sistema financeiro é necessário para assegurar a igualdade e o desenvolvimento?	Como promover a universalização dos direitos humanos e assegurar a distribuição de riquezas?	Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária?	Qual o futuro dos Estados-Nações?
Conferência 4	Como garantir as múltiplas funções da terra?	Como construir cidades sustentáveis?	Como garantir as identidades culturais e proteger a criação artística da mercantilização?	Como mediar os conflitos e construir a paz?

Fonte: Site do Fórum Social Mundial, Memória do FSM 2001, Conferências (www.forumsocialmundial.org.br)

propositiva”. No FSM 2003, foram eliminadas as figuras (diferenciadas) dos “puxadores” e debatedores e foi estabelecido que cada painel deveria conter um facilitador ou facilitadora, cuja função seria insistir na explicitação das propostas e estratégias formuladas por cada ator social participante, estimular o debate entre os membros do painel, e sistematizar as convergências e divergências observadas, tanto na discussão entre os expositores, como em sua relação com o público presente. Ver o site do FSM, Metodologia-Programação para 2002 e 2003.

nova sociedade. Produção de riquezas-reprodução social, acesso às riquezas-sustentabilidade, sociedade civil-espços públicos, poder político-ética: esses são os pares conceituais e propositivos em torno dos quais foram organizados os eixos de reflexão e de proposição estratégica coletiva nas esferas do econômico, do desenvolvimento humano e ambiental, da cidadania e da identidade cultural, e do poder.

No I Fórum Social Mundial foram organizadas quatro conferências em cada eixo temático, tratando de subtemas considerados consensualmente relevantes –tanto do ponto de vista da reflexão, como da ação- para o esclarecimento das temáticas básicas definidas¹¹.

No **Eixo I**, as conferências tratam do comércio mundial, do sistema financeiro internacional, das funções da terra, e da construção de um sistema igualitário de bens e serviços.

Os três primeiros subtemas estão relativamente delimitados, tanto em função da considerável reflexão já existente, como da progressiva militância de redes, campanhas, coalizões e movimentos em torno dessas questões. Na conferência sobre comércio internacional, os destaques sugeridos incidiram sobre questões e propostas relativas à OMC e as negociações comerciais, ao comércio justo, aos termos de troca entre países do Norte e do Sul, e às cláusulas sociais e ambientais. Na conferência sobre o sistema financeiro mundial, as questões indicadas como prioritárias foram: as dívidas externa e interna; o financiamento para o desenvolvimento e os sistemas tributários e de crédito nacionais; a regulamentação do sistema financeiro e a taxa Tobin; os sistemas monetários; os paraísos fiscais; os fundos de pensão; a democratização e o controle social da Previdência; e a definição de uma nova arquitetura financeira mundial. A conferência sobre as múltiplas funções da terra foi concebida de modo a encaminhar temas como reforma agrária, produção de alimentos e de matérias-primas, agricultura familiar e gênero, produções regionais, terra e meio ambiente, terra e preservação da paisagem, e terra e turismo, parecendo refletir, de algum modo, a influência francesa através da noção de multifuncionalidade, se bem que não da agricultura mas da terra, o que sugere uma maior desvinculação do conceito de sua referência original à atividade agrícola.

A conferência sobre a construção de um sistema de produção de bens e serviços para todos incluiu, no entanto, uma gama muito mais complexa de temas e questões, que serão desdobrados, posteriormente, em novas conferências no FSM 2002.

Buscou encaminhar pelo menos quatro componentes temáticos principais:

- Economia e Direitos: a questão do que produzir, como e para quem; a economia considerada da perspectiva dos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais.
- Trabalho e Emprego: emprego e perspectivas do trabalho assalariado; alienação do trabalho; organização do trabalho, divisão sexual do trabalho e trabalho não remunerado das mulheres; trabalho infantil, escravo e de prisioneiros; a regulamentação internacional do trabalho (OIT, etc.).

¹¹ A descrição e a análise que seguem estão baseada nas informações contidas no site do Fórum Social Mundial, Memória do FSM 2001, Conferências.

- Trabalho e Inovação tecnológica: inovação tecnológica, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho e seus impactos na vida dos trabalhadores, em especial as mulheres.
- Economia solidária: incluindo temas adicionais como micro, pequena e média empresas, e a responsabilidade social das empresas.

A primeira conferência do **Eixo II** teve como objetivo apresentar e discutir a questão do acesso ao desenvolvimento científico e como ele deve contribuir, ao invés de obstar, o desenvolvimento humano. Sugeriu a consideração de temas como: os caminhos da pesquisa científica e tecnológica; a democratização do conhecimento científico; a bioética; a engenharia genética e os transgênicos; e a privatização da ciência e do desenvolvimento científico. A segunda conferência tratou do acesso aos bens comuns à humanidade -na perspectiva de sua desmercantilização e da garantia de seu caráter de bens públicos- e ao meio ambiente, por meio de seu controle social. Propôs a consideração de três *issues* principais relacionados com:

- Acesso aos bens comuns à humanidade: genoma e novas tecnologias reprodutivas e técnicas complementares; biodiversidade; recursos hídricos; e fontes de energia.
- Apropriação privada e mercantil dos bens comuns: propriedade intelectual e privatização do saber.
- Controle social do meio ambiente: esgotamento dos recursos naturais; desmatamento; aquecimento da terra; destruição da camada de ozônio; poluição; resíduos químicos e atômicos; guerra biológica.

A terceira conferência enfocou a questão do acesso da perspectiva da universalização de direitos humanos fundamentais: (1) direito ao trabalho; (2) direito a uma renda necessária para uma vida digna, o que pressupõe, ao mesmo tempo, o combate à pobreza e a erradicação da miséria, e a redistribuição da riqueza e da renda e a superação das desigualdades; (3) direito (acesso universal) à saúde, educação, habitação, saneamento, etc., e (4) direito do consumidor. E a quarta conferência, por fim, pôs o foco da questão do acesso na vida urbana, na necessidade de construir cidades sustentáveis, do ponto de vista social, econômico, político e de segurança pública cidadã. Nesse sentido, seus organizadores consideraram que o objetivo da conferência –como construir cidades sustentáveis?- deveria levar ao tratamento de alguns subtemas como: reforma urbana; periferia e tipos de exclusão; acesso à habitação, saúde, saneamento, educação; equipamentos sociais; proteção do meio ambiente; segurança pública cidadã; e transporte de massas.

No **Eixo III**, a primeira conferência assumiu a temática geral do fortalecimento da capacidade de ação das sociedades civis e a construção do espaço público democrático. Para tanto, foi programada em torno de três subtemas principais: (1) cultura política e cidadania, e tecido social e contra-poder; (2) religiões e solidariedade; e (3) movimentos sociais, étnicos/raciais, de mulheres, de gays e lésbicas, e de jovens. As demais conferências enfocaram aspectos específicos relacionados com essa problemática mais geral.

Para a segunda conferência o objetivo foi discutir as ações necessárias para assegurar o direito à informação e a democratização dos meios de comunicação. Para tal, seus organizadores recomendaram que as apresentações estivessem atentas à consideração de temas -que dizem respeito à democratização dos veículos que já existem e ao acesso a possibilidades alternativas de geração de informação- tais como: monopólio da informação; espaço público na comunicação de massa; internet; acesso à TV; rádios comunitárias; e agências de informação alternativas.

A terceira conferência abordou a questão dos limites e possibilidades da cidadania planetária, tentando ressaltar a importância de levar em conta a articulação entre ações planetárias, identidade nacional e iniciativas locais, por um lado, e o papel que as redes e coalizões civis desempenham nesse processo, por outro. E a última conferência foi concebida para encaminhar uma temática bastante complexa: frente à globalização neoliberal, como é possível garantir as múltiplas identidades culturais e proteger a criação artística da mercantilização? Em particular, três subtemas foram enfatizados: globalização e padronização cultural; língua como expressão de identidade; e música, cinema, teatro, artesanato, etc. como formas de expressão e de construção de identidades culturais e como criações artísticas particularmente sujeitas ao processo de mercantilização.

A temática da relação entre poder político e ética na nova sociedade, que constituiu o **Eixo IV**, foi tratada, como as demais, em quatro conferências, que se referiram (1) aos fundamentos da democracia e de um novo poder, (2) às possibilidades de democratização do poder mundial, (3) ao futuro dos Estados-Nações, e (4) à mediação -de global a doméstica, de gênero a etnia- dos conflitos, e a construção da paz. Para a primeira conferência foi sugerida uma organização que, iniciando com a consideração de alguns conceitos -como cultura política e princípios e valores éticos- passasse a contemplar as noções de democracia direta e de gestão participativa, as várias dimensões a serem incorporadas na discussão do poder - como, por exemplo, poder local, poder e direito, mulheres e poder, poder a serviço da equidade (com o manejo da tríade igualdade, diferenças e inclusão)- e a questão da corrupção e da transparência.

A segunda conferência pretendeu encaminhar a discussão da democratização do poder mundial levando em conta três espaços/atores de manifestação/expressão do governo mundial: (1) as instituições mundiais multilaterais, como o sistema das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais, (2) os blocos de poder e regionais, e (3) as empresas multinacionais. A terceira conferência sobre os Estados-Nações, foi sugerida para discutir a temática enfatizando três questões componentes de sua problemática atual: independência, soberania e questão nacional; privatização e poder nacional; e regulação do poder das empresas. A última conferência do eixo, voltada para a mediação dos conflitos e a construção da paz, em várias instâncias e esferas da convivência humana, interessou-se por chamar a atenção sobre diferentes níveis de manifestação dos conflitos e de mediações necessárias para a construção da paz:

- Forças Armadas, indústria bélica, comércio de armas, tráfico, Tribunal Penal Internacional
- Criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; violência no campo; violência doméstica e sexual; conflitos étnicos

- Segurança cidadã e mediação de conflitos

Essa apresentação mais detalhada do conteúdo dos eixos temáticos e das conferências do I Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001 –que foi necessária para dar ao leitor uma visão panorâmica da estrutura organizativa dessas atividades e da forma como as questões substantivas são tratadas- não será repetida para o II e III FSMs. Buscaremos, muito mais, chamar a atenção para as modificações, de forma e de conteúdo, que foram introduzidas nessa estrutura de eixos temáticos e conferências nos Fóruns posteriores.

3.2. No Fórum Social Mundial de 2002

O Quadro 2, abaixo, indica os eixos temáticos e as conferências que foram programadas para o Fórum Social Mundial de 2002. Como se pode ver, os eixos permaneceram inalterados em título e número, mas as conferências foram ampliadas para sete nos três primeiros eixos e para seis no quarto. Note-se, porém, que dessas três novas

Quadro 2
Eixos Temáticos e Conferências do II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2002

	Eixo I: A produção de riquezas e a reprodução social	Eixo II: O acesso às riquezas e a sustentabilidade	Eixo III: A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos	Eixo IV: Poder político e ética na nova sociedade
Conferência 1	Comércio mundial	Saber, direitos de reprodução e patentes	Combate à discriminação e à intolerância	Organismos internacionais e arquitetura do poder mundial
Conferência 2	Corporações multinacionais	Medicamentos, saúde, Aids	Democratização das comunicações e da mídia	Democracia participativa
Conferência 3	Controle de capitais financeiros	Sustentabilidade ambiental	Produção cultural, diversidade e identidade	Soberania, Nação, Estado
Conferência 4	Dívida externa	Água – bem comum	Perspectivas do movimento global da sociedade civil	Globalização e militarismo
Conferência 5	Trabalho	Povos indígenas	Cultura da violência, violência doméstica	Princípios e valores
Conferência 6	Economia Solidária	Cidades, populações urbanas	Migrações, tráfico de pessoas (mulheres, crianças e refugiados)	Direitos Humanos (Direitos econômicos, sociais e culturais)
Conferência 7	Conferência especial: África/Brasil	Conferência especial: Soberania alimentar	Conferência especial: Educação	-

Fonte: Site do Fórum Social Mundial (www.forumsocialmundial.org.br)

conferências introduzidas, uma é chamada de conferência especial, versando sobre um subtema que não necessariamente pertence estritamente à temática do eixo em que foi incluída¹².

No **Eixo I**, a conferência sobre comércio mundial foi mantida como antes, e aquela sobre sistema financeiro internacional foi desdobrada em duas: “controle de capitais financeiros” e “dívida externa”, provavelmente refletindo a importância que a questão da dívida externa tem para um grande número de redes, coalizões, organizações e movimentos que aderiram ao FSM. A conferência sobre a “construção de um sistema de produção de bens e serviços” existente no I Fórum foi substituída por outras duas: uma sobre trabalho e outra sobre economia solidária. Essa mudança também acompanha provavelmente o ganho de importância que os atores coletivos que militam nessas subtemáticas obtiveram no II Fórum. Duas conferências adicionais foram incorporadas ao eixo, uma sobre corporações multinacionais e outra, especial, sobre África/Brasil. Note-se, ademais, que a problemática da terra -e a conferência a ela dedicada- desapareceu do eixo sobre produção de riquezas e a reprodução social.

No **Eixo II**, o único subtema do I FSM que foi mantido com uma conferência específica no II FSM foi o de cidades, que, juntamente com economia solidária e trabalho e emprego (onde estão inseridas a temática e as representações do movimento sindical), expandiu a presença no Fórum das redes, coalizões, organizações e movimentos que a sustentam. Em relação às demais conferências, a opção foi, aparentemente, substituir os subtemas mais gerais que predominaram no I Fórum por subtemáticas mais específicas, em termos de objeto, e, em alguns casos, de grupos humanos e de populações diretamente envolvidos. É o caso das conferências sobre saber, direitos de reprodução e patentes; medicamentos, saúde, Aids (que não aparece explicitamente entre os subtemas sugeridos para as conferências do eixo no I Fórum); sustentabilidade ambiental; água – bem comum; e povos indígenas. Por fim, o Eixo II abrigou uma conferência especial sobre soberania alimentar, que substituiu a conferência sobre as múltiplas funções da terra do Eixo I no primeiro Fórum. Aparentemente, foi feita uma opção de tratar no II Fórum as questões da terra, da agricultura e do rural sob a perspectiva da soberania alimentar -pois esta foi a única conferência na qual a problemática do rural e da terra aparecem explicitamente- o que também deve estar refletindo a força das organizações, redes e campanhas que a defendem (a Via Campesina e outras) e a ampliação de seu espaço no Fórum.

No **Eixo III**, o mesmo padrão de dar maior especificidade e concretude temática às conferências, adotado no segundo Fórum, se repete. Os subtemas “democratização das comunicações e da mídia”, e “produção cultural, diversidade e identidade”, mantiveram-se como conferências, tal como acontecera em 2001 (conferências 2 e 4 no Quadro 1). A conferência sobre “perspectivas do movimento global da sociedade civil” juntou, sob um nome mais expressivo, os subtemas das conferências 1 e 4 do Eixo III no ano anterior. Mas outros subtemas foram definidos com mais clareza e passaram a ser tratados como

¹² As informações utilizadas sobre as conferências do FSM 2002 estão disponíveis no site do Fórum, Memória FSM 2002, Conferências, Programação das conferências. As informações sobre os painéis do FSM 2003, que servirão de base para o subitem 3.3., podem ser obtidas no mesmo site, Programação FSM 2003, Painéis, Programação dos painéis.

conferências. Tal é o caso de “combate à discriminação e à intolerância”, que não foi destaque em 2001, embora fizesse parte da problemática da conferência 1 do mesmo eixo, “cultura da violência e violência doméstica”, que também ganhou um novo relevo (aparecia como um dos subtemas da conferência 4 do Eixo IV), e “migrações e tráfico de pessoas”, um tema que obteve maior importância no II FSM e que apenas tangenciava a temática da conferência 1 do Eixo I. Por fim, a educação foi o tema da conferência especial realizada no eixo.

Quanto ao **Eixo IV**, os subtemas “organismos internacionais e arquitetura do poder mundial” e “soberania, nação, estado” foram conservados como conferências, mas o mesmo não aconteceu com os demais. Em 2002, foram organizadas novas conferências, tratando de “democracia participativa” (um subtema relevante da conferência 1 do Eixo IV em 2001), “globalização e militarismo” (incluído como um dos temas da conferência 4, Eixo IV), “princípios e valores” (que aparecia tenuemente na conferência 1 deste eixo), e “direitos humanos (econômicos, sociais e culturais)”, uma temática que não figurou explicitamente como conferência no I FSM (foi sugerida muito debilmente na conferência 1 do Eixo IV).

Em suma, pode-se dizer que do primeiro para o segundo FSM houve uma tentativa de explicitar melhor as temáticas tratadas em cada eixo, como resultado, provavelmente, não apenas de um melhor depuramento analítico das próprias temáticas, mas também devido à força política de redes, campanhas e coalizões organizadas em torno de certos temas. Além disso, observa-se que algumas temáticas figuraram explicitamente como conferências tanto no primeiro como no segundo FSM de Porto Alegre, podendo ser consideradas, talvez, como temáticas consensualmente consolidadas no FSM até 2002. São elas: comércio mundial; sistema financeiro internacional e controle de capitais financeiros; dívida externa; cidades; democratização das comunicações e da mídia; produção cultural, diversidade e identidade; perspectivas do movimento global da sociedade civil; organismos internacionais e arquitetura do poder mundial; e soberania, nação e estado.

3.3. No Fórum Social Mundial de 2003

No III Fórum Social Mundial de Porto Alegre foram definidos cinco eixos temáticos e organizados seis painéis por eixo (com exceção do Eixo I que incluiu sete painéis), que estão relacionados no Quadro 3, abaixo.

É interessante notar, inicialmente, como os eixos foram reordenados e renomeados em relação ao que prevaleceu anteriormente, mas sem alterar de maneira significativa a substância das grandes temáticas gerais que orientaram as atividades consensuais do Fórum. A idéia é que houve mudanças, sim, na estruturação dos grandes temas propostos pelos eixos, mas essas alterações caminharam basicamente na direção de uma adequação da tradição temática do Fórum Social Mundial de Porto Alegre no rumo (i) do reconhecimento da consolidação de atores e de temas ao longo do processo do Fórum, (ii) da preocupação de garantir espaço para o surgimento de novos atores e temáticas, (iii) da acomodação de conflitos existentes, e (iv) da adaptação às mudanças e às prioridades da conjuntura internacional e das agendas dos movimentos sociais.

Quadro 3

Eixos Temáticos e Conferências do III Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2003

	Eixo I: Desenvolvimento democrático e sustentável	Eixo II: Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade	Eixo III: Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e homogeneização	Eixo IV: Poder político, sociedade civil e democracia	Eixo V: Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e promoção da paz
Painel 1	Resgatando a soberania econômica através do cancelamento das dívidas e do controle de capitais	Luta por igualdade, homens e mulheres: como implementar uma mudança real?	Globalização, informação e comunicação	Democratizar a democracia partindo da construção de novos paradigmas	Império, guerra e unilateralismo
Painel 2	Economia Solidária	Pela plena implementação dos direitos	Como podemos assegurar diversidade cultural e lingüística	Novos e antigos movimentos sociais: os atuais espaços de confluência e tensão entre os múltiplos atores locais e globais	Resistência à militarização
Painel 3	OMC: o caminho para Cancun	Combate à intolerância e respeito à diversidade: solidariedade como força transformadora na luta contra o pensamento único	Estratégias para democratização da mídia	Insurgência cidadã contra a ordem estabelecida	Governança econômica global e instituições internacionais
Painel 4	Pleno emprego e re-regulação do trabalho	Além das fronteiras nacionais: migrantes e refugiados	Novas tecnologias e estratégias para inclusão digital e transformação social	Novas dimensões do estado democrático	Ordem mundial: soberania e o papel dos governos e da ONU
Painel 5	Pelo direito às cidades	Pelo pleno acesso à água, comida e terra	Cultura e prática política	Estratégias de controle	Estratégias democráticas para resolver conflitos internacionais
Painel 6	Por outra economia: subsidiariedade, localização, devolução e reprodução	Pelo pleno acesso aos direitos à educação, saúde, habitação e seguridade social	Produção simbólica e identidade dos povos	Perspectivas futuras dos movimentos: novas concepções e caminhos na organização dos movimentos sociais	Cooperação democrática: integração, multilateralismo e paz
Painel 7	Para além de Johannesburgo: propriedade, controle e gestão da biodiversidade, água e energia	-	-	-	-

Fonte: Site do Fórum Social Mundial (www.forumsocialmundial.org.br)

Em primeiro lugar, a comparação entre os três quadros permite perceber que os eixos de produção de riquezas-reprodução social e de acesso às riquezas-sustentabilidade (eixos I e II nos Fóruns anteriores) foram substituídos por um único eixo intitulado “Desenvolvimento democrático e sustentável” (**Eixo I**). A temática abrangida no novo eixo é fundamentalmente a mesma do Eixo I anterior, e seu campo central é o da economia, acrescido dos subtemas dos painéis 5, 6 e 7 (os dois últimos tratados originalmente no Eixo II), mas desenvolvimento é um conceito mais complexo que o de produção e acesso às riquezas e a qualificação de democrático e sustentável sugere e exige mais do que uma produção adequada à reprodução social e um acesso condizente com a sustentabilidade.

Os painéis 1, 3 e 5 reafirmam a centralidade, nas atividades consensuais, dos temas da dívida externa e do controle de capitais, do comércio mundial, e das cidades. Os painéis 2 e 4 consolidam, no terceiro Fórum, o lugar de destaque que passou a ser ocupado pelos temas do trabalho e emprego e da economia solidária. E o painel 6, “Por uma outra economia: subsidiariedade, localização, devolução e reprodução”, representa a explicitação de uma temática emergente. Com a supressão do Eixo II dos Fóruns anteriores, perderam visibilidade nessas atividades consensuais os temas de direitos de reprodução e patentes; medicamentos, saúde e Aids; e sustentabilidade ambiental, que tinham ganho expressividade no Fórum de 2002. O painel 7, “Para além de Johannesburgo”, representou uma tentativa de resgatar alguns desses subtemas, especialmente os de biodiversidade, água e energia.

Em segundo lugar, as temáticas dos Eixos III e IV dos Fóruns de 2001 e 2002 – respectivamente, “A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos” e “Poder político e ética na nova sociedade”- foram desdobradas, no Fórum de 2003, em quatro grandes temas, correspondentes aos novos Eixos II a V: direitos humanos, diversidade e igualdade; mídia e cultura; poder político, sociedade civil e democracia; e ordem mundial, militarização e promoção da paz.

No **Eixo II**, a questão dos direitos humanos -que antes figurara apenas como uma conferência no Eixo IV (a 6) em 2002 e outra no Eixo II (a 3) em 2001- foi eleita a temática dominante, ganhando maior importância e visibilidade. Foi esmiuçada nos painéis 1 (igualdade homens e mulheres), 2 (plena implementação dos direitos, através da globalização eficiente da luta por direitos), 5 (pleno acesso aos direitos à água, alimentação e terra) e 6 (pleno acesso aos direitos à educação, saúde, habitação e seguridade social). E foi complementada pela inclusão de dois outros subtemas, que buscaram acentuar a força que a solidariedade deve trazer na luta pela plena implementação dos direitos humanos: o combate à intolerância e o respeito à diversidade como instrumentos para a transformação social (painel 3), e a questão dos direitos dos migrantes, dos refugiados e de outros grupos sociais que se colocam ou estão situados para além das fronteiras nacionais (painel 4). Note-se que, diversamente do primeiro e do segundo Fóruns, onde a problemática do rural, da agricultura e da terra foi discutida, respectivamente, na perspectiva das “múltiplas funções da terra” e da “soberania alimentar”, no III FMS ela foi tratada na ótica do pleno acesso aos direitos humanos, em particular à água, à alimentação e à terra e às políticas públicas relevantes para a sua implementação.

No **Eixo III**, a temática central foi a da mídia e da cultura, na perspectiva da luta política contra a mercantilização e a homogeneização e pela afirmação da diversidade e da democratização. Nesse sentido, o painel 1 sugeriu questões relativas à globalização, o poder da mídia, o direito à comunicação e a necessidade de disponibilizar informações, e os direitos de propriedade intelectual. O painel 2, por sua vez, foi organizado para debater as iniciativas consideradas necessárias para garantir a diversidade cultural e lingüística, frente à tendência à homogeneização e as ameaças contidas na aplicação do acordo GATS da OMC (referente ao comércio de serviços). O painel 3 discutiu estratégias de democratização da mídia e o painel 4 abriu espaço específico para um subtema emergente, ligado às estratégias para democratização, referente a novas tecnologias, inclusão digital e transformação social (novas perspectivas para a informação e a comunicação; acesso às redes globais; internet e organização popular). E os painéis 5 e 6 buscaram encaminhar a discussão da prática política –de resistência à dominação imperial, de identidade, de inclusão, e de emancipação social- em sua relação com a cultura, a produção simbólica e a identidade dos povos (especialmente dos excluídos: raça, gênero e juventude).

É possível, talvez, caracterizar a temática do **Eixo IV** como sendo a da radicalização da democracia. Nesse sentido, o painel 1 teve como objetivo refletir sobre novas concepções e paradigmas do político e da política que permitam pensar e agir para democratizar a democracia; o painel 4 investiu na discussão de novas dimensões, papéis, limites e tipos de Estado, tendo em vista imaginar o lugar que deve ocupar nos projetos alternativos de sociedade (nos níveis local, nacional e global), avaliadas as experiências do século XX; e o painel 5 centrou sua reflexão no papel da cidadania na construção de uma nova sociedade, explorando as possibilidades de controle do mercado e a existência de inúmeras experiências, em todo o mundo, de autogestão social, vigilância cidadã, ação dos consumidores, e de articulação entre Estado e sociedade, entre outras.

Os painéis restantes (2, 3 e 6) estruturaram-se em torno do pensar os atores sociais e as formas de ação necessários para radicalizar a democracia. Entre as questões postas para discussão nesses painéis estão: (i) a relação entre “novos” e “antigos” movimentos sociais e as condições para a geração de alianças democráticas amplas que, além de definirem uma agenda de lutas complementares, confrontem as hegemonias racistas, sexistas e geracionais que ainda persistem nos movimentos; (ii) novos conflitos e exclusões estimulam novas formas de resistência e de transgressão e o surgimento de novos atores e espaços de luta que ampliam os limites das cidadanias existentes e criam novas culturas políticas; (iii) os impactos da globalização alargam os horizontes subjetivos, emocionais e democráticos dos povos: que novas concepções de internacionalismo estão surgindo, e como influenciam compreensões e caminhos na organização dos movimentos sociais e populares e no desenvolvimento de múltiplas estratégias de confluência?

Por fim, a temática do **Eixo V** foi “a construção de uma ordem mundial democrática, a luta contra a militarização e a promoção da paz”, dando continuidade e ampliando consideravelmente o espaço de discussão que o tema já conquistara nessas atividades consensuais nos Fóruns anteriores. O painel 1 tratou de analisar o significado da ordem imperial norte-americana, as contradições que introduz no sistema internacional e as possibilidades de confrontá-la e à sua prática unilateralista. O painel 2 discutiu a situação dos movimentos civis internacionais contra a militarização e a guerra. O painel 3 propôs

uma reflexão sobre o conceito de governo econômico global voltado para o desenvolvimento sustentável de todos os países e sobre possíveis alternativas à OMC, ao Banco Mundial e ao FMI. O painel 4 organizou o debate sobre as possibilidades de uma ordem mundial democrática e sobre como deve ser considerada a questão da soberania dos povos e o papel dos Estados, dos governos nacionais e das organizações da sociedade civil nessa construção, assim como se questionou sobre o futuro da ONU e do papel de organizações como o Tribunal Penal Internacional. E os painéis 5 e 6 consideraram, respectivamente, questões relacionadas com as estratégias para obter soluções pacíficas para os conflitos internacionais e com a integração regional e as alternativas à ideologia do livre-mercado, e as condições para que a negociação, a cooperação e a solidariedade passem a ser o fundamento do multilateralismo democrático e da paz mundial.

Considerando os cinco eixos temáticos estabelecidos no III FSM, é possível sugerir que o processo do Fórum Social Mundial de Porto Alegre nos últimos três anos confluiu para a definição, até agora, de cinco temáticas centrais em torno das quais foi organizada a reflexão estratégica coletiva, conceitual e propositiva, dos diferentes sujeitos sociais que lhe são portadores: (1) construção de um desenvolvimento ao mesmo tempo democrático e sustentável; (2) implementação global dos direitos humanos, num amplo processo de afirmação da diversidade e de busca de igualdade; (3) democratização da mídia e sustentação da diversidade cultural, resistindo à mercantilização e à homogeneização; (4) radicalização da democracia, e (5) construção de uma ordem mundial democrática, capaz de promover a paz e confrontar a militarização.

4. Avançando pelo “interior” do Fórum Social Mundial: uma ilustração de sua multiplicidade/complexidade temática e propositiva

A partir da descrição e da análise, realizadas no item anterior, da evolução (da forma e do conteúdo) de como foi organizado um tipo de atividade consensual desenvolvido no Fórum Social Mundial -as conferências dos Fóruns de 2001 e 2002 e os painéis do de 2003- podemos tentar avançar um pouco mais na tentativa exploratória de “entrar no FSM” e de sistematizar, preliminarmente, o conteúdo dessas atividades¹³. Para tanto, escolhemos o Eixo I, “Desenvolvimento democrático e sustentável”, do último Fórum e selecionamos, quase aleatoriamente, algumas das subtemáticas contidas nesse eixo e que, de algum modo, informam os elementos principais com os quais se pode dizer talvez que a percepção do FSM sobre a concepção de desenvolvimento democrático e sustentável aceitável para os atores sociais que a ele aderem está em processo de construção coletiva. O objetivo aqui é ilustrar a complexidade e a riqueza desse caminho de sistematização e sua importância fundamental para avançar na compreensão da multiplicidade do processo do FSM e contribuir na reflexão sobre seus impasses e perspectivas.

¹³ Convém destacar que o esforço realizado no item 3 é incipiente e está baseado apenas nas informações sobre as conferências e os painéis contidas no site do FSM. É obviamente estático e está muito longe de, e é insuficiente para, captar o Fórum como um processo, e estamos plenamente conscientes dessa limitação. No entanto, acreditamos que o avanço do entendimento do FSM como um processo, passa por uma sistematização das atividades programadas e realizadas no evento do Fórum, isto é, por uma melhor e mais detalhada compreensão de sua estrutura e conteúdo.

Tendo em vista os limites deste ensaio, utilizaremos três subtemas consolidados no Fórum -no sentido empregado no item anterior- e que foram tratados como painéis individuais no Eixo I do FSM de 2003: “OMC e comércio mundial”, “Dívida externa”, e “Economia solidária”. Esses subtemas também foram incluídos, como conferências individuais, no Eixo I do FSM de 2002¹⁴. Nossa abordagem procurará apresentar, de modo geral, em cada um desses painéis: (1) o país e a organização dos participantes, (2) as principais questões, propostas e estratégias sobre as quais houve convergência/consenso entre os expositores¹⁵, (3) as divergências percebidas entre os expositores e/ou expressas pelo público, e (4) outras observações pertinentes. Tentaremos comparar esses resultados do FSM de 2003, com as informações correspondentes disponíveis para o FSM de 2002¹⁶.

4.1. OMC e comércio mundial

É evidente que a OMC e o comércio internacional são temas que os atores sociais participantes das conferências e dos painéis dos Fóruns de 2002 e de 2003 consideraram, de alguma forma, politicamente decisivos para as possibilidades de desenvolvimento democrático e sustentável das nações e dos povos do mundo¹⁷. No painel sobre “OMC: o caminho para Cancun” do III FSM estiveram presentes, além do facilitador brasileiro (da CUT), seis expositores da Malásia, Senegal, Estados Unidos, Espanha e México, que representavam ONGs, redes, campanhas e sindicatos: Third World Network (TWN), Oxfam International, AFL-CIO, Public Citizen, Via Campesina e Comitê de Mobilização Rumo a Cancun¹⁸.

¹⁴ Em 2003, a dívida externa foi tratada conjuntamente com o controle de capitais financeiros no painel “Resgatando a soberania econômica através do cancelamento das dívidas e do controle de capitais”. Na verdade, no entanto, a conferência enfocou quase exclusivamente a questão da dívida externa, relacionando-a com as condições para a soberania econômica.

¹⁵ Ou seja, o que será exposto neste item não são todas as questões, propostas, e estratégias que foram apresentadas pelos expositores e suas organizações (este seria um outro trabalho de investigação igualmente interessante), mas apenas as que foram consideradas convergentes ou consensuais.

¹⁶ Nossa base de dados para este item tem dupla origem. Para o FSM de 2002, as informações que dispomos são as sínteses realizadas pelos animadores de cada conferência e que estão disponíveis no site do Fórum, Memória do FSM 2002, Conferências, Sínteses das Conferências. Para o FSM de 2003, o IBASE, a pedido da Secretaria Executiva, e por iniciativa de Cândido Grzybowski, criou uma equipe de sistematização que acompanhou todos os painéis e uma amostra significativa das atividades livres realizadas. Os dois autores deste ensaio fazem parte dessa equipe, sendo que um deles coordenou a sistematização dos painéis do Eixo I. As informações aqui utilizadas foram obtidas aproveitando as sínteses de cada painel elaboradas por seus facilitadores, e apresentadas no Painel Final do Eixo I, e a coleta feita através do trabalho da equipe de sistematização.

¹⁷ Nesse sentido, é bom lembrar, embora seja óbvio, que o tratamento dado pelo FSM a essas (e outras) temáticas não é “teórico”, nem acadêmico, embora muitos dos expositores manejem os fundamentos teóricos utilizados para considerá-las. A reflexão do Fórum é evidentemente política, no sentido de que lhe interessam as temáticas e as questões relevantes para a ampliação e o aprofundamento do conhecimento necessário para a mobilização e a ação transformadora, para a definição de propostas e de estratégias capazes de implementá-las.

¹⁸ Na conferência sobre Comércio Mundial no FSM de 2002 estiveram presentes seis panelistas, além do animador francês (do ATTAC), oriundos da Malásia, África do Sul, Bélgica, Espanha, México e Estados Unidos e representando as organizações: Third World Network, Africa Trade Network, Via Campesina, Alianza Social Continental, European Trade Union Confederation (ETUC), e Public Citizen.

Dentre as questões sobre as quais houve consenso no painel, podem ser mencionadas:

- A OMC não é uma organização realmente global, é controlada por poucos países ricos que são os responsáveis pelas decisões tomadas.
- A OMC não é uma organização apenas comercial: pretende ser a organização econômica do mundo, estendendo sua competência e sua abrangência para todas as esferas da vida.
- A importância decisiva para os países e suas populações da aprovação ou não de 3 novos acordos no âmbito da OMC na Rodada de Cancun (ou antes): (1) medidas sobre investimentos estrangeiros, (2) política de concorrência, e (3) compras governamentais.
- A OMC restringe decisivamente a capacidade de formulação e de implementação de políticas públicas domésticas dos países do Sul.
- ALCA e OMC são dois lados de uma mesma moeda: não devem ser considerados isoladamente, mas combatidos conjuntamente.
- O Brasil, com o Governo Lula, é peça chave para resistir à ALCA e à expansão da OMC.

De propostas convergentes, destacam-se:

- Interromper a expansão da OMC.
- Impedir a assinatura dos acordos sobre investimentos estrangeiros, concorrência e compras governamentais.
- Alterar o Acordo TRIPS.
- Acabar com o dumping agrícola por parte dos Estados Unidos.
- Eliminar os subsídios dos países ricos.
- Rejeitar a ALCA.

Como estratégias convergentes para implementar as propostas consensuais, temos:

- Unir as propostas dos movimentos sociais, sindicais e populares em campanhas comuns.
- Avançar com urgência nas campanhas mundiais para impedir a expansão da OMC.
- Criar a necessidade política para que os governos digam não à expansão da OMC, passando a representar os interesses da população e não os das corporações.
- O Brasil do Governo Lula deve assumir, com outros países do Sul, uma posição de liderança na luta contra a expansão da OMC.
- Unificar as lutas contra a guerra e contra a OMC e o ALCA.

Quanto à conferência sobre comércio mundial do FSM de 2002, a síntese do moderador ou da moderadora destaca um amplo consenso dos participantes em torno a duas questões centrais: (1) “o livre comércio não é garantia de riqueza e de desenvolvimento para as nações e os povos”, e (2) “a OMC favorece os Estados ricos e acumula demasiada competência e poder em setores que não deveriam ser negociados dentro desta organização”. Na rápida comparação dos dois Fóruns, é manifesto e estabelecido o consenso das organizações participantes de que a OMC é dominada pelos países ricos, que

são os que se beneficiam basicamente de sua atuação, e de que já detém competências e poder em demasia, e está buscando expandí-los ainda mais, sobre setores que não devem ser negociados nesta organização¹⁹. Em relação às propostas e estratégias consensuais dessa conferência no II FSM, foram assinaladas:

- A necessidade de articulação de um movimento global que vá além dos países, ongs, sindicatos, etc. para enfrentar as questões relativas à OMC e ao comércio mundial. A ação global requerida ultrapassa os diferentes setores da sociedade.
- A proibição do dumping agrícola.
- A reivindicação da soberania alimentar como um novo direito universal.
- A obtenção do direito de uso dos recursos produtivos (água, terra, sementes).
- A análise e explicitação dos efeitos nefastos das ações do FMI, Banco Mundial e OMC.
- Ajudar, aconselhar e pressionar os governos para que mudem as políticas da OMC.
- Questionar cada novo acordo da OMC.

Cabe destacar que praticamente não existem divergências entre os participantes - embora possam existir ênfases diferenciadas- sobre as principais questões, propostas e estratégias formuladas nesses dois eventos. É provável que isto se deva, pelo menos em parte, ao fato de que as mesmas pessoas e organizações estiveram presentes. No caso da temática “OMC e comércio internacional”, metade das pessoas e organizações que foram expositores na conferência em 2002 e no painel em 2003 era a mesma.

Por fim, merecem relevo três observações referentes ao painel de 2003: (1) a importância atribuída ao Governo Lula na liderança que o Brasil pode assumir na luta contra a não expansão da OMC; (2) a relevância crescente e generalizada -presente em praticamente todos os painéis de todos os eixos- atribuída à necessidade de articulação dos diversos movimentos sociais, “novos” e “antigos”, na luta contra a expansão da OMC e por um comércio mundial mais adequado às necessidades de desenvolvimento democrático e sustentável das nações do mundo, especialmente dos países pobres do Sul; e (3) as questões mais dissonantes -embora não cheguem a configurar divergências- vieram do público, onde delegados e/ou delegadas (i) reclamaram do pouco tratamento dado à questão “OMC e gênero”; (ii) insistiram na importância que as organizações e seus/suas representantes façam um esforço para transformar a postura do “não” em algo positivo, preenchendo o relativo vazio deixado pela carência de propostas concretas; e (iii) chamaram a atenção para a possibilidade de que os movimentos sociais terão de unificar, nos próximos meses, a luta contra a agenda da Rodada Cancun da OMC com a luta contra a guerra, e as dificuldades que podem ser encontradas neste caminho.

4.2. Dívida externa

¹⁹ Embora essa posição geral refira-se a um número muito amplo de setores e de esferas da vida, é, por exemplo, recorrente a defesa da Via Campesina de que a agricultura e a alimentação sejam retiradas da competência da OMC. Essa posição foi defendida pelo mesmo representante da Via Campesina nos dois Fóruns.

No FSM de 2003 houve uma intenção de debater, no Eixo I, a questão da dívida externa juntamente com o controle de capitais financeiros, tendo em vista enfrentar a problemática política e econômica mais geral do resgate da soberania econômica dos países do Sul. Para isso foi organizado o painel “Resgatando a soberania econômica através do cancelamento das dívidas e do controle de capitais”. Na prática, entretanto, este painel concentrou-se basicamente na discussão da dívida externa e das dificuldades que impõe à soberania econômica daqueles países.

Além da facilitadora do Haiti e da organização SOFA, o painel contou com cinco expositores da Argentina, Brasil, Indonésia, Senegal e Bélgica, representando, respectivamente, Diálogo 2000, ATTAC, Coalition Anti-Utang, Jubilee South Africa, e CADTM (Comitê para a anulação da dívida do Terceiro Mundo). No FSM de 2002, a conferência sobre dívida externa do Eixo I foi moderada por um representante do CIDSE (Cooperação internacional para o desenvolvimento e solidariedade), teve dois animadores do Jubilee South e do CADTM (este da Bélgica) e quatro debatedores do Perú (“Deuda y Desarrollo”), Camarões (Caritas Cameroun), Argentina e Alemanha (Suedwind).

O painel de 2003 estabeleceu um amplo consenso sobre algumas questões:

- ◆ A dívida externa financeira é ilegítima e ilegal.
- ◆ Os países do Sul não são devedores, são credores perante uma dívida histórica do colonialismo, que é, ao mesmo tempo, econômica, política, democrática, ecológica e social.
- ◆ A dívida externa é um obstáculo à democracia e à implantação dos direitos humanos.
- ◆ O pagamento da dívida externa representa uma transferência líquida maciça de recursos do Sul para o Norte e, dessa forma, reduz consideravelmente a capacidade de financiamento dos governos. Um governo popular não pode, portanto, financiar as mudanças econômicas e sociais esperadas e necessárias se mantiver o pagamento da dívida externa pública. Essa situação pode resultar em uma contradição importante e gerar uma crise de desorientação e de desmobilização dos movimentos populares.
- ◆ A dívida externa manteve ditaduras militares em muitos países, estimulou a destruição de recursos naturais e abriu caminho para o processo de privatização nos países do Sul.
- ◆ O não pagamento da dívida externa é fundamental. Uma questão central é como mudar a correlação de forças existentes, de modo a viabilizar o não pagamento, como os diferentes movimentos podem se articular em uma luta comum. O primeiro passo para isto é cultural: tomar consciência de que nós somos os credores, nós é que temos de fazer exigências e não o contrário.

As propostas convergentes do painel foram as seguintes:

- ◆ Repudiar a dívida externa e suspender o pagamento.
- ◆ Fazer uma auditoria cidadã da dívida externa.
- ◆ Exigir dos governos o reconhecimento da ilegitimidade da dívida externa.
- ◆ Exigir reparações para a dívida externa, especialmente para os países africanos.

Como estratégias convergentes, foram indicadas:

- ◆ Mobilização dos movimentos cidadãos no Sul e no Norte.
- ◆ Articulação dos movimentos sociais e dos governos populares.
- ◆ Elaboração de uma agenda para a campanha mundial contra o pagamento da dívida, respeitadas as especificidades/particularidades regionais.
- ◆ Pressionar os governos para que repudiem a dívida externa.
- ◆ Vincular o repúdio da dívida à necessidade de formação de poupança interna para financiar os investimentos, econômicos e sociais, domésticos.

Da mesma forma que no painel sobre comércio mundial, também no da dívida externa não apareceram divergências entre os participantes da mesa. Nas intervenções do público, no entanto, foram relacionadas algumas questões e preocupações, que não foram abordadas ou não ganharam relevo nas exposições dos participantes. Dentre elas podemos destacar:

- ◆ a responsabilidade dos governos nacionais dos países endividados na acumulação da dívida e na abertura das economias;
- ◆ como evitar que os governos nacionais usem os recursos da dívida para sua militarização?;
- ◆ existem resultados concretos do Tribunal da Dívida realizado em 2001?;
- ◆ na África não existe movimento de rua contra a dívida: são realizadas muitas conferências, mas os sindicatos e os movimentos sociais não assumem a questão da dívida externa como uma luta orgânica em sua ação;
- ◆ como os países do Sul devem agir para não precisar recorrer ao FMI e ao Banco Mundial?

Tomando como referência a síntese realizada pelo moderador, é possível apresentar, para comparação, as questões registradas como convergentes da conferência sobre a dívida externa no FSM de 2002. São elas:

- ◆ a dívida externa constitui um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos países do Sul, pela enorme transferência de recursos para o Norte que acarreta;
- ◆ representa, por essa razão, o fator preponderante do aumento das desigualdades mundiais;
- ◆ o sistema atual de tratamento da dívida externa é extremamente injusto, pois não reconhece a co-responsabilidade do credor e do devedor no acúmulo desta;
- ◆ a ilegitimidade de uma parte da dívida externa dos países pobres. Houve divergência entre os participantes quanto à importância da dívida ilegítima;
- ◆ a dívida externa é um instrumento de coerção dos países do Norte sobre os países do Sul, inclusive através da imposição de políticas de ajuste estrutural. A dívida externa reduz consideravelmente, portanto, a soberania econômica dos países endividados.

O registro das propostas e estratégias consideradas consensuais nessa conferência destaca as seguintes:

- ◆ É impreterível que os países do Sul rompam com a espiral da dívida externa, que inviabiliza qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentável.
- ◆ O fracasso dos planos de redução da dívida externa fomentados pelos países credores, principalmente nos países africanos, reforça a posição de que a

verdadeira solução é a anulação da dívida externa pública dos países pobres. No entanto, foram assinaladas divergências entre os participantes neste ponto. Alguns reivindicaram a anulação do conjunto da dívida para todos os países e outros argumentaram que deveria aplicar-se prioritariamente aos países mais pobres.

- ◆ Os países do Sul devem desenvolver mecanismos de financiamento alternativos aos mercados financeiros internacionais e aos empréstimos multilaterais condicionados. Isso impõe a necessidade de viabilização de mecanismos de financiamento domésticos. Para apoiar esse processo foi recomendada a criação de fundos de desenvolvimento através da taxa Tobin, do aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, da restituição de fundos desviados, e da adoção de um imposto mundial extraordinário sobre as maiores fortunas.
- ◆ Proceder a uma auditoria independente da dívida externa dos países do Sul.
- ◆ Promover mecanismos específicos de acompanhamento das anulações da dívida, que sejam transparentes e democráticos e envolvam efetivamente a sociedade civil.
- ◆ Devolver aos países do Sul os fundos desviados por suas elites governistas e aplicados no Norte, para que sejam reinvestidos em prol do desenvolvimento.
- ◆ Resgate da dívida colonial, social e ecológica acumulada pelo Norte em relação ao Sul ao longo de vários séculos de dominação política e econômica.
- ◆ Acabar com os programas de ajuste estrutural impostos pelas organizações financeiras internacionais.
- ◆ A instauração de mecanismos internacionais de regulação jurídica justa, transparente e imparcial para corrigir a assimetria estrutural entre credores e devedores no tratamento da dívida dos países do Sul.

A descrição acima sugere que, mais uma vez, não há diferenças significativas entre as questões, as propostas e as estratégias convergentes registradas no painel de 2003, em relação aos resultados da conferência de 2002. Aparentemente, as principais propostas consensuais em relação à dívida externa são três: repúdio e suspensão do pagamento; auditoria cidadã da dívida; e reparação pela dívida acumulada, especialmente para os países africanos. As divergências entre os atores sociais participantes praticamente não existem, e as que se manifestaram na conferência de 2002 –quanto à importância da parte considerada ilegítima da dívida externa e ao nível de abrangência da anulação da dívida- desapareceram no painel de 2003.

Tudo indica que, do ponto de vista das propostas convergentes, a temática da dívida externa no FSM depara-se com um impasse político importante. O caráter monolítico das três propostas é de tal ordem, que é muito complicado operacioná-las na luta política cotidiana, pois fica difícil desdobrá-las em componentes específicos que permitam a definição de estratégias diferenciadas e que facilitem a percepção pelas populações de seus efeitos nefastos sobre suas condições de vida e de bem-estar²⁰. Essa situação termina se

²⁰ É interessante perceber que o mesmo não ocorre com a temática da OMC e do comércio mundial. As propostas consensuais de parar com a expansão da OMC e de impedir a assinatura dos acordos sobre investimentos, concorrência e compras governamentais, por exemplo, podem ser desdobradas em objetivos

refletindo, por exemplo, em um relativo descompasso, observável no painel de 2003, entre as propostas mais “generalizantes” dos expositores e as dúvidas e perplexidades mais “concretas” do público.

Apesar disso, dois aspectos adicionais devem ser resgatados no painel de 2003. O primeiro foi uma preocupação com a definição de estratégias de lutas que mobilizem conjuntamente os movimentos cidadãos do Sul e do Norte e articulem os movimentos sociais e os governos populares. Essa preocupação em articular os diferentes tipos de movimentos sociais, populares, sindicais, etc., entre si e com os governos populares, foi uma das inquietações políticas mais presentes nas atividades consensuais desenvolvidas no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2003. O segundo aspecto é que apesar do caráter “monolítico” das propostas acordadas, mesmo assim algumas exposições percorreram caminhos que podem ser úteis para enfrentar o aparente impasse político com que se depara a problemática da dívida externa. Uma dessas trilhas –percorrida pelo representante do CADTM- foi tentar relacionar mais explicitamente o repúdio da dívida com o controle sobre o movimento de capitais e sobre o câmbio e com as condições requeridas –tributárias, comerciais, etc.- para viabilizar o financiamento dos investimentos domésticos de forma mais autônoma. A outra, explorada pelo representante do Jubilee South Africa, foi insistir na estratégia de vincular a temática da dívida externa com a da construção de outros paradigmas de desenvolvimento, que recuperem –especialmente na África- o legado histórico de experiências realizadas com paradigmas alternativos e que foram politicamente destruídas.

4.3. Economia Solidária

O painel sobre Economia Solidária do FSM de 2003 contou com seis expositores do México, Perú, Senegal (dois), Filipinas, e França, representando, respectivamente, Rural Coalition Mexico/USA, Global Network PLADES, FAMES (Fórum de Mulheres Africanas por uma Economia Solidária), Rede Intercontinental de Economia Social e Solidária/África, CMT (Fraternidade dos Trabalhadores Asiáticos), Pôle Socio-Économie Solidaire (PSES) de l’Alliance pour un monde responsable, plurielle et solidaire, além do facilitador (do Brasil e da Cáritas).

A temática de Economia Solidária consolidou-se ao longo dos três FSMs de Porto Alegre, como mostramos anteriormente, ganhando espaço e articulando um vasto conjunto de redes e de organizações de todo o mundo. Sua presença foi particularmente notável no Fórum de 2003, onde representou o tema central de 8 seminários e 120 oficinas, além do painel que estamos mencionando²¹.

No ano anterior, a conferência sobre economia solidária contou com a participação de quatro expositores, além da moderadora do Brasil, representante do PACS (Instituto

específicos (no caso da expansão da OMC), que permitem a sua operacionalização e a sua visualização em *targets* concretos que favorecem a sua assimilação e expressão na luta política cotidiana.

²¹ Segundo a “Síntese de Eventos” elaborada para o painel final do Eixo I. Note-se que em uma das sessões do painel sobre Economia Solidária esteve presente o Ministro do Trabalho do Governo Lula, que anunciou para os participantes a criação da nova Secretária Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério. O novo secretário, Paul Singer, também esteve presente.

Políticas Alternativas para o Cone Sul) e da RBSES (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária). Vieram da Espanha, França, Argentina e Perú e pertenciam, respectivamente, à REAS (Redes de Economia Alternativa e Solidária), CRIDA (Centro de Pesquisa e Informação sobre a Democracia e a Autonomia) e IRES, Universidad General Sarmiento (Argentina), e Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia.

Dentre as questões tratadas e registradas na síntese da moderadora em 2002, queremos destacar quatro:

- A economia solidária, em suas diferentes formas, é apenas uma prática pontual e microeconômica ou é um projeto de desenvolvimento sustentável, capaz de promover as pessoas e coletividades sociais a sujeitos das formas de produção e de distribuição de riquezas e da preservação da natureza e do meio ambiente? Significa, em suma, uma proposta de economia paralela a outros sistemas econômicos, em especial ao capitalismo, ou é apenas complementar a outras formas econômicas? Que tipos de conflitos e contradições são característicos da economia solidária?
- Como articular as diferentes noções e compreensões contidas nas designações economia social, economia solidária, economia popular e solidária, socioeconomia solidária, de modo a construir um sentido emancipatório ao conjunto das elaborações e experiências, respeitando a diversidade regional, cultural e as peculiaridades Sul-Norte, Leste-Oeste que são intrínsecas a esse conjunto?
- Os grupos sociais que fazem parte das redes de economia solidária, popular, etc. são tanto os excluídos, os que já não podem viver no sistema dominante, como os que não querem mais fazê-lo. A compatibilização democrática e positiva dessas duas condições e perspectivas é um dos desafios importantes do movimento por uma economia solidária.
- Sem a construção de uma economia solidária será impossível uma globalização solidária. A economia solidária não é tão somente um projeto econômico, mas também social e político: exige a democratização do Estado e do conjunto das relações na sociedade civil.

Dentre as propostas e estratégias extraídas da conferência de 2002, cabe mencionar:

- Integração, consolidação e articulação das redes de economia solidária nos âmbitos local, nacional, continental e internacional.
- Alianças entre as organizações e redes nos diversos segmentos da economia.
- Estabelecer e aprofundar a conexão entre economia solidária e uma nova educação: alterar currículos e métodos de educação formal introduzindo práticas cooperativas e solidárias; apreender com as experiências; etc.
- Formular e implementar políticas públicas que promovam o empoderamento da sociedade e ações a favor da consolidação da economia solidária.
- Fazer a memória histórica da Economia Solidária.
- Elaborar um mapa da economia solidária e uma base de dados coletiva.
- Consolidar práticas exitosas na troca de bens e serviços solidários no nível internacional (portal, comercialização, etc.).

- Compilação e publicação de informações e estudos nacionais e setoriais (financiamento solidário, comércio justo, etc.) de interesse para a temática da economia solidária e para as redes e organizações que a compõem. Alianças estratégicas com as universidades e outros agentes de pesquisa. Elaboração de uma metodologia aceita internacionalmente sobre novos indicadores de avaliação mais adequados à temática da economia solidária (indicadores de riqueza, trabalho, qualidade e quantidade da ocupação, etc.).
- Repensar a cooperação internacional a partir do paradigma da solidariedade entre Sul-Sul, Sul-Norte, consumidor-produtor, trabalhador-empresendedor, etc.
- Realizar alianças estratégicas com movimentos sociais para a cooperação internacional pró-globalização solidária, para a pressão sobre os representantes do poder e sobre as instituições multilaterais.
- Compartilhar experiências com o poder político (o orçamento participativo é um exemplo) e fechar acordos bilaterais ou multilaterais com os poderes públicos/políticos, fomentando legislações específicas sobre economia solidária ou colaborações pontuais.

Como ocorreu com as demais temáticas, também aqui a conferência de 2002 não revelou divergências registradas entre seus participantes, embora algumas questões continuassem particularmente nebulosas e polêmicas para o grupo, como a do alcance efetivo da economia solidária e do risco de que seja completamente apropriada pelo sistema capitalista.

No painel de 2003, o ponto de partida comum dos expositores foi o reconhecimento do enorme crescimento, nos últimos anos, de diferentes práticas econômicas associativas, como resposta à crise social, em todo o mundo, gerada pelo caráter seletivo e excludente da globalização hegemônica²². Uma das consequências desse processo foi o grande aumento da articulação entre as redes e organizações ligadas ao movimento de economia solidária e o fortalecimento de sua presença no III FSM de Porto Alegre²³.

²² O documento de “Síntese de Eventos” preparado pelo movimento de economia solidária e lido no painel final do Eixo I define a economia solidária como designando “todas as atividades de produção, distribuição e consumo que contribuem para a democratização da economia baseada em compromissos cidadãos tanto no nível local como global ... é uma dinâmica de reciprocidade e solidariedade que liga os interesses individuais ao interesse coletivo ... não é um setor da economia, mas uma abordagem transversal que inclui iniciativas em todos os setores da economia” (p. 1). Considera-a, também, como “um movimento de base de pessoas e comunidades, em crescimento, para as quais construir alternativas econômicas ao desenvolvimento econômico neoliberal é essencial para sua sobrevivência imediata e seu empoderamento político coletivo” (p. 2).

²³ A importância que a presença do movimento de economia solidária no FSM pode ter para o robustecimento de ambos é expresso no documento de “Síntese de Eventos”, como segue (p. 2):

- “O FSM deve proporcionar um espaço para as vozes das milhões de pessoas que estão diariamente envolvidas na criação de alternativas econômicas nos níveis local, regional, nacional e internacional”.
- “As organizações e redes de Economia Solidária presentes no FSM estão ativamente envolvidas na globalização da solidariedade, através da cooperação e das trocas de produtos e de práticas concretas baseadas em valores compartilhados”.
- “A Economia Solidária propõe uma visão e prática do desenvolvimento que põe a cultura, a agricultura, a cultura social e a cultura da solidariedade financeira no cerne da construção de um “outro mundo”. Essa integração é uma contribuição importante à dinâmica do FSM”.

Dentre as propostas convergentes registradas na sistematização do painel de 2003, podemos considerar:

- A construção de uma agenda de trabalho entre as redes e organizações do campo da economia solidária no âmbito internacional. Trata-se de facilitar o conhecimento mútuo e a identificação de convergências.
- Tornar o Estado permeável à promoção de políticas públicas voltadas para as atividades vinculadas à economia solidária.
- O reconhecimento da singularidade do papel da mulher no desenvolvimento da economia solidária.
- Combinar a dinâmica local das práticas de economia solidária com o contexto macroeconômico nacional e internacional, particularmente em relação às trocas internacionais.
- Criar novas estruturas e instituições jurídicas nacionais e internacionais adaptadas a uma economia centrada no trabalho.

Como estratégias convergentes para implementar as propostas sugeridas e avançar na consolidação do movimento de economia solidária, temos:

- O mapeamento (identificação de atores, base de dados, etc.) das organizações e redes que atuam neste campo.
- Reforçar a articulação intercontinental desenvolvida a partir de Lima (1997), Quebec (2001), Dakar (2002) rumo à sua consolidação em Dakar (2004).
- Elaboração de indicadores socioeconômicos e ambientais adequados às práticas da economia solidária.
- Identificar alianças estratégicas com outros atores, como sindicatos, movimentos sociais e culturais, instituições religiosas, e atores políticos.
- Integrar as agendas Norte e Sul no sentido do desenvolvimento de alianças políticas solidárias que reforcem suas respectivas lutas sociais.
- O ativismo do movimento deve concentrar-se em duas frentes: (1) a resistência à e a transformação das relações e instituições do capitalismo global (através de campanhas como o Jubilee South for a Millenium without Debt, a Global Citizens' Initiative for Equitable International Trade, ATTAC, a Campanha Continental Contra a ALCA, etc.) e (2) a inovação e a transformação socioeconômicas, para criar uma economia baseada no respeito à diversidade, na cooperação e na solidariedade.

Por fim, a divergência importante registrada no painel é a mesma que já aparecera na conferência de 2002 e tem a ver com o significado e o alcance do conceito de economia solidária: representa uma forma de organização da economia e de proposta de desenvolvimento alternativa ao capitalismo ou é uma forma de organização econômica complementar à chamada economia formal dentro do capitalismo, cujo crescimento recente deve-se, fundamentalmente, ao caráter excludente da globalização neoliberal? A discussão em torno dessa temática perpassa, de uma forma ou outra, a literatura sobre a teoria e a

-
- “A integração da Economia Solidária na agenda do FSM permitirá a esse movimento uma melhor articulação num nível político global e um reforço das redes e da coordenação internacional”.

prática da economia solidária, parecendo, muitas vezes, uma armadilha ideológica ardilosa e sem solução analítica²⁴.

5. Comentários finais

1. No início deste trabalho nos perguntamos sobre o significado social e político do Fórum Social Mundial enquanto “mobilização” no campo dos movimentos sociais. Tendo Denning (2002) como referência, consideramos as mobilizações como sinais, como momentos de visibilidade de longos, discretos e, muitas vezes, quase imperceptíveis movimentos e culturas de resistência. De forma subterrânea, tanto sobre repressão violenta como sobre o aparente status quo, sobrevive uma tradição libertária de radicalismo popular que aflora em mobilizações. O processo social e o evento do Fórum Social Mundial, juntamente com uma série de manifestações, não necessariamente coordenadas, de contestação às contradições da globalização hegemônica (como, por exemplo, a “batalha de Seattle” e as mobilizações de Quebec e de Gênova), são herdeiros dessa tradição de radicalismo libertário popular que, tendo sua expressão maior em “1968”, manteve-se ao longo do século passado através de uma série de “ondas”, como as revoltas contra o FMI no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, as mobilizações contra o ajuste estrutural nos anos 1990 e a revolta dos zapatistas em Chiapas.

Particularmente os três Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre –mas também os Fóruns temáticos, regionais e nacionais a eles associados enquanto processo- não só recuperam o legado de 1968 e dessas diversas ondas de mobilização da tradição libertária, como também representam um dos melhores exemplos de uma nova política de redes reais e virtuais na luta anti-globalização regida pelo mercado. Enquanto um tipo de ação anti-sistêmica (Wallerstein, 2002), o FSM representa um novo estilo de articulação de coalizões de esquerda que está conseguindo a adesão de e o diálogo com um número crescente de pessoas, avançando na abordagem e na discussão da realidade diária das múltiplas desigualdades (como as de região, nação, classe, raça, etnia, gênero, geração).

Ao mesmo tempo, esse novo estilo está criando uma cultura particular de ação política coletiva, distante da hierárquica tradicional, e está promovendo um trabalho sistemático de desmascaramento da retórica liberal do neoliberalismo, na realidade associada a uma prática que -limitando as capacidades das pessoas e em particular sua liberdade de escolha- provocou a maior polarização de riquezas e de privilégios que o mundo já conheceu. Por último, com sua proposta de mundialização –isto é, de promoção de fóruns sociais regionais, nacionais e temáticos – o FSM vem contribuindo para a criação de uma estratégia política para um mundo multipolar. Uma estratégia que, no dizer de Carlés Riera, visa construir uma outra multipolaridade que não esteja fundada na multipolaridade militar, mas na criatividade social (Grzybowski, C; Riera, C. et alli: 2003).

O FSM apresenta-se como uma articulação muito flexível de coalizões, campanhas e redes de movimentos transnacionais, nacionais e locais, com múltiplas prioridades, unidas em sua crítica à ordem neoliberal. Na força desse arranjo também podem se encontrar suas

²⁴ Uma discussão sobre essa e outras questões correlatas é desenvolvida, por exemplo, em Santos e Rodríguez (2002) e em Quijano (2002).

fraquezas potenciais. Por exemplo, a falta de centralização pode tornar difícil coordenar táticas para “batalhas mais duras que vêm pela frente” (Wallerstein, 2002); a congregação de diversidades pode ser ameaçada por uma eventual exaustão da tolerância em relação a todos os interesses e prioridades distintos que convivem no Fórum Social Mundial.

Grande parte do sucesso do Fórum é atribuída ao método do espaço aberto, à sua horizontalidade e à sua capacidade de transformar a diversidade em uma força. Ainda que tenha um compromisso radical com a ação transformadora, o FSM não é uma assembléia mundial de entidades da sociedade civil (Grzybowski, 2003). Conseqüentemente, não visa definir uma orientação política hegemônica para elas, nem criar instâncias de poder político para dirigi-las. Nesse contexto, é decisivo defender as condições que reduzam as disputas de poder nesse espaço: a inexistência de declarações que imponham compromissos; o estímulo à multiplicação de contatos entre todo tipo de organização e à interação de debates e agendas; a estruturação do processo do FSM a partir das organizações e movimentos da sociedade civil, guardando sua independência de partidos políticos, governos nacionais, e instituições governamentais internacionais. Ainda assim, é fundamental estar atento ao risco de que o FSM vire um objeto de disputas políticas, com divisões e rachas que se sobreponham ao princípio de ampliação e respeito da diversidade.

2. O Fórum Social Mundial, como um amplo movimento de cidadania, pode ser apropriadamente caracterizado como um espaço de tradução que estimula a convivência de movimentos sociais mundiais cujo traço comum principal é sua militância contra a globalização neoliberal. A existência desse espaço de tradução é fundamental porque o encontro que o FSM promove é uma reunião de movimentos que, em geral, são profundamente diversos em seus objetivos, formas de organização e grupos sociais que representam, e porque o diálogo que intenta favorecer não pressupõe –pelo contrário, recusa vigorosamente– a instauração de um processo de homogeneização desses movimentos. Daí a relevância crucial da tradução: o reconhecimento e a busca de entendimento não exigem o abandono das diversas “línguas” faladas por seus diferentes participantes.

Por outro lado, o espaço de tradução que é fundado no e através do FSM é construído tendo como objetivo não o avanço do conhecimento nas diferentes temáticas abordadas, mas sim a mobilização e a ação social, a construção do “um outro mundo é possível”. Assim, o FSM não é uma universidade, nem se circunscreve ao desafio de pensar sem limites, mantendo vivas utopias e anseios seculares e criando novos. A tradução que ensaja pretende servir também, e de forma substantiva, à mobilização e à ação social, tem como fim a luta política pela superação da globalização neoliberal.

Essa condição de espaço de tradução de múltiplas “vozes e energias” para a ação social autônoma, diferenciada e atenta ao reconhecimento das convergências e divergências existentes sugere a enorme complexidade da tradução que tem de ser empreendida e seus reflexos na conformação da institucionalidade do Fórum Social Mundial. Nesse sentido, é evidente a relevância da Carta de Princípios do FSM como a normativa que estabelece as regras de jogo que devem ser respeitadas para que o espaço de tradução seja viabilizado.

Por sua vez, a programação do Fórum, distinguindo atividades “consensuais” e atividades “livres” –as primeiras acordadas previamente com os Comitês do FSM e abrigando apenas representantes de redes, campanhas, etc., e as segundas consistindo de atividades cujo conteúdo e participantes não precisam ser submetidos previamente aos Comitês, abrindo espaço para intervenções mais individualizadas e soltas- expressa o reconhecimento de que a tradução deve estar disponível não apenas para os momentos de contato e de apresentação dos atores principais do FSM (redes, campanhas e coalizões temáticas), onde a “face pública” do Fórum é predominante, mas deve fluir também nos lugares onde o encontro dos participantes ocorre de forma mais individualizada e livre.

Embora o número de atividades livres tenha crescido espantosamente nos três FSMs realizados em Porto Alegre, ainda permanece uma enorme separação ou falta de contato entre essas atividades e as consensuais, conquanto ambas se abriguem no guarda-chuva dos eixos temáticos. A construção de canais de diálogo e de interação entre esses dois tipos de atividades é um dos desafios dos próximos Fóruns. Sua importância está na possibilidade de expor a “face pública” do Fórum ao dinamismo anárquico e criativo de sua face mais individualizada, observando em que medida as temáticas, questões e propostas “oficializadas” pelas grandes redes, coalizões e campanhas são ou podem vir a ser permeáveis às questões, temáticas e propostas predominantes nas atividades livres. Construir mecanismos de interação entre essas atividades, sem que sejam obrigadas a perder sua identidade e seus propósitos próprios, é um dos desafios adicionais do FSM como um espaço de tradução.

3. As duas últimas partes deste ensaio buscaram exemplificar a importância do trabalho de sistematização das atividades do FSM de Porto Alegre, iniciado oficialmente em 2003. Na verdade, consideramos a sistematização como um método de recuperação da memória do Fórum Social Mundial, cuja relevância pode ser salientada pelo menos por três tipos de argumentos.

Primeiro, a memória é essencial para o processo de tradução da diversidade para a ação, que mencionamos anteriormente. E é fundamental tanto como um componente desse processo, quanto como um mecanismo através do qual o aprendizado da tradução –tão incerto e desafiador no campo dos movimentos sociais- é alimentado e impulsionado. Ademais, a recuperação da memória pode ser encarada como uma estratégia para a construção do espaço de tradução representado pelo FSM. A complexidade institucional, a simultaneidade dos eventos (que impede a participação em todos) e a tendência ao surgimento de uma multiplicidade de Fóruns temáticos, regionais e nacionais no futuro são fatores que ressaltam a importância crescente da sistematização como memória, como repertório de possibilidades para a ação do FSM como um processo social.

Em segundo lugar, a sistematização das atividades desenvolvidas no FSM importa para a sua compreensão como um fato social, como um movimento social, e para que sua riqueza –percebida, com quase unanimidade, por todos que nele participam- possa ser mais ampla e coerentemente socializada por todo o mundo. Trata-se, portanto, de contribuir para a construção da memória social do movimento anti-globalização neoliberal em curso.

Por fim, o esforço de sistematização parece indispensável para enriquecer a capacidade de auto-avaliação do FSM, a percepção dos possíveis impasses com que se defronta e das diferentes perspectivas que se abrem à frente. Como procuramos mostrar com os exemplos dos painéis/conferências sobre OMC e comércio mundial, dívida externa, e economia solidária, a sistematização das atividades do Fórum permite revelar uma fotografia do que os atores consideram as principais questões, propostas e estratégias em pauta, e as possíveis convergências e divergências que surgem da articulação de redes mundiais em torno das diferentes temáticas contempladas. De alguma forma, é o estado das proposições alternativas à globalização neoliberal que está sendo esboçado, o que abre uma possibilidade muito especial para impulsionar o exame rigoroso de seus conteúdos, para o aprofundamento da percepção de suas possibilidades e limites políticos.

Referências Bibliográficas

- Castells, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- Denning, M. “Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos Três Mundos” In: I. Loureiro, J.Corrêa Leite e M.E.Cevasco (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 61-78.
- Grzybowski, C. “Por que pensar o Fórum Social Mundial?” In: *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Ibase, nº 14, 2003, pp. 3-14.
- Grzybowski, C.; Riera, C. et alii. “Mesa Redonda: uma nova agenda para a sociedade civil organizada” In: *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, Ibase, nº 14, 2003, pp. 56-63.
- Guha, R. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Durham, Duke University Press, 1999.
- Klein, Naomi. *No Logos*. New York, Picador, 1999.
- Mac Adam, D. *Political process and the development of Black insurgency*. New York, New Press, 1997.
- Piven F., Cloward, R. *Poor’s people movements and why they fail*. New York, Pantheon Books, 1977.
- Quijano, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?” In: Boaventura de Sousa Santos (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pp. 475-514.
- Santos, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez Editora, 2000.
- Santos, Boaventura de Sousa e Rodríguez, César. “Introdução: para ampliar o cânone da produção” In: Boaventura de Sousa Santos (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pp. 23-77.
- Thompson, E.P. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Wallerstein, I. “Uma política de esquerda para o século XXI? ou teoria e práxis novamente?”. In: I. Loureiro, J.Corrêa Leite e M.E.Cevasco (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 15-39.

www.forumsocialmundial.org.br (diversos documentos)